

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO
CURSO DE MESTRADO

THAÍS DA CONCEIÇÃO PEREIRA

**INSEGURANÇA ALIMENTAR, GÊNERO E RAÇA/COR: um estudo no semiárido
nordestino**

João Pessoa

2024

THAÍS DA CONCEIÇÃO PEREIRA

**INSEGURANÇA ALIMENTAR, GÊNERO E RAÇA/COR: um estudo no semiárido
nordestino**

João Pessoa

2024

THAÍS DA CONCEIÇÃO PEREIRA

**INSEGURANÇA ALIMENTAR, GÊNERO E RAÇA/COR: um estudo no semiárido
nordestino**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação
em Ciência da Nutrição do Centro de Ciência da Saúde,
Universidade Federal da Paraíba, como requisito para
obtenção do título de Mestre em Ciências da Nutrição.

Orientadora: Prof.^a Dra. Poliana de Araújo Palmeira

João Pessoa

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P436i Pereira, Thaís da Conceição.

Insegurança alimentar, gênero e raça/cor : um estudo no semiárido nordestino / Thaís da Conceição Pereira. - João Pessoa, 2024.

62 f. : il.

Orientação: Poliana de Araújo Palmeira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCS.

1. Insegurança alimentar. 2. Estudos de gênero. 3. Raça - Cor. 4. Desigualdade de gênero. 5. Iniquidade social. I. Palmeira, Poliana de Araújo. II. Título.

UFPB/BC

CDU 613.2:364.2 (043)



Universidade Federal da Paraíba Centro de Ciências da Saúde
Programa de Pós-graduação em Ciências da Nutrição

Ata da 264ª (duo centésima sexagésima quarta) Sessão Pública de Defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Nutrição, da discente Thaís da Conceição Pereira.

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro (22/02/2024), às 14:00 horas, reuniram-se em cerimônia pública, no Auditório do Centro de Ciências da Saúde (Humberto Nóbrega), os membros da Banca Examinadora e a mestranda Thaís da Conceição Pereira, candidata ao grau de Mestre em Ciências da Nutrição. A Banca Examinadora foi constituída pelos seguintes Professores: Drª Poliana de Araújo Palmeira (Presidente / Orientadora), Drª Rafaela Lira Formiga Cavalcanti de Lima (Examinadora Interna), Dr. Rodrigo Pinheiro de Toledo Vianna (Examinador Interno Suplente), Drª Rosana Salles-Costa (Examinadora Externa) e Drª Fernanda Cristina de Lima Pinto (Examinadora Externa Suplente). Dando início à sessão pública, a Profª Drª Poliana de Araújo Palmeira, convidou a mim, Carlos Fernando da Silva para secretariá-los comunicando o fim específico da reunião. A seguir, foi cedida a palavra à examinada para que no prazo estabelecido por Regimento fizesse sua exposição de motivos e objetivos de sua dissertação, metodologia adotada, resultados encontrados, discussão e conclusão, trabalho esse sob o título “INSEGURANÇA ALIMENTAR, GÊNERO E RAÇA/COR: um estudo no semiárido nordestino”. Concluída a exposição, a candidata em seguida foi arguida sucessivamente por cada membro da banca examinadora. Dando continuidade, os senhores membros foram inquiridos pela Srª Presidente se estavam aptos a proferir o julgamento e, recebendo respostas afirmativas, procederam com a deliberação da avaliação. Após certo espaço de tempo, a Srª Presidente proclamou como “APROVADA” a dissertação intitulada “INSEGURANÇA ALIMENTAR, GÊNERO E RAÇA/COR: um estudo no semiárido nordestino”. A seguir, preenchendo devidamente os mapas concernentes aos valores e conceitos, declarou que sua autora estava em condições de receber o grau de Mestre em Ciências da Nutrição, devendo a Universidade Federal da Paraíba, providenciar na forma da lei a expedição do respectivo Diploma. Nada mais havendo a ser tratado, eu, Carlos Fernando da Silva Secretário do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição, lavrei a presente Ata que vai datada e assinada pelos membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 22 de fevereiro de 2024.

Documento assinado digitalmente



POLIANA DE ARAÚJO PALMEIRA
Data: 22/02/2024 15:42:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente



ROSANA SALLES DA COSTA
Data: 22/02/2024 15:48:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente



RAFAELA LIRA FORMIGA CAVALCANTI DE LIMA
Data: 22/02/2024 15:52:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Programa de Pós Graduação em Ciências da Nutrição Centro de Ciências da Saúde/UFPB -
Campus I - Cidade Universitária CEP: 58051-970, João Pessoa - PB, E-mail:
ppgcn@ccs.ufpb.br, Tel: (83) 3216-7417.

Dedicatória

Dedico este trabalho a minha mãe, Dona Marinêz, que mesmo vivendo em meio a tantas dificuldades, sempre me deu amor e incentivo. Minha fonte – inesgotável – de inspiração para cada passo que eu der.

Agradecimentos

Reconheço todo o meu esforço e dedicação até aqui, foram muitos desafios durante essa jornada, e reconheço mais ainda, que nunca estive sozinha durante todo esse percurso. Muitas pessoas trilharam esse caminho comigo e a cada um expresso aqui minha eterna gratidão.

Primeiramente, agradeço a Deus por sido meu alicerce e por sempre ter ouvido minhas preces em busca de proteção e discernimento.

Agradeço a minha orientadora, Prof.^a Poliana de Araújo Palmeira, uma das maiores pesquisadoras que conheço, sempre muito acolhedora, atenciosa e grande incentivadora em todos os momentos.

Às generosas professoras Rafaela Lira Formiga e Rosana Salles-Costa pelo tempo dedicado à leitura e pelas valiosas contribuições desde a qualificação.

A todos os colegas do Núcleo Penso, pela acolhida, risadas e ideias compartilhadas. Fazer parte desse grupo tão competente fez total diferença nesse período.

A população de Cuité, que guardo um carinho imenso por terem me acolhido de braços abertos para a produção de dados que deram sentido a essa dissertação.

Agradeço também a minha querida amiga/irmã Elisiandre (B1), que enfrentou comigo todos os desafios desses dois anos. Dividimos juntas as mais diversas experiências e emoções. Muito obrigada por ter segurado a minha mão e ter tornado a jornada mais leve.

A minha amiga Larissa Araújo, por ter sido tão presente nos meus dias de angústias e alegrias. Ter a sua amizade é uma dádiva.

Também tive a alegria de conhecer uma pessoa muito especial durante essa jornada, minha querida amiga Layanne, que sempre esteve na torcida para a realização desse sonho. Sou muito feliz por nossos caminhos terem se cruzado.

Ao meu tio Anselmo e Tia Lila, por todo incentivo e acolhimento. Que dividiram e dividem tantos momentos comigo.

Aos meus amigos e familiares de Trindade-Pe (que são muitos), mesmos distantes mandaram energias positivas para esta realização.

Aos meus amigos Rafael Cruz, Laura, Paloma e Rafael Silva, pessoas que conheci durante a residência, mas que os laços permanecem fortes. Vocês são demais!

Aos meus pais pela educação que me deram, não tiveram oportunidades de estudar, mas não mediram esforços para que eu pudesse chegar até aqui, um sonho que parecia muito distante pra mim. Sei o quanto estão felizes e orgulhosos. A minha mãe deixo um agradecimento especial, pois sei todos os sacrifícios que enfrentou/enfrenta para me ver bem. Amo a senhora mais que tudo.

A minha irmã Thaynara, que viveu este sonho comigo. Acompanhou e vibrou de perto. Sempre acreditou no meu potencial e foi luz nos dias de incertezas.

Por fim, encerro meus agradecimentos reconhecendo as bolsas de pesquisas viabilizadas pelo governo. Recebi o suporte financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que além financiou esta pesquisa e me ajudou muito durante essa trajetória, sendo indispensável para a concretização do mestrado.

RESUMO

Dentre os determinantes sociais da insegurança alimentar (IA), a desigualdade de gênero e raça/cor se revelam nas questões de segurança alimentar como fatores de vulnerabilidades que determinam e potencializam os níveis de gravidade da IA. O objetivo deste estudo foi analisar a associação entre a IA, gênero e raça/cor das pessoas de referência dos domicílios de um município do semiárido nordestino. Trata-se de um estudo transversal realizado por meio de entrevistas domiciliares (n=737) utilizando-se de questionário semiestruturado e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) com famílias residentes nas zonas urbana e rural do município de Cuité-PB. Foram criados perfis de gênero e raça/cor autodeclarados (homem branco, mulher branca, homem negro e mulher negra) e analisados com a segurança alimentar e níveis de IA (leve e moderada/grave). Modelos de regressão logística multinomial foram aplicados para estimar a associação entre os perfis com os níveis de IA ajustados a partir de condições socioeconômicas e demográficas (idade, estado civil, escolaridade, ocupação, número de moradores, criança/adolescente no domicílio, renda per capita familiar, acesso ao bolsa família, área de moradia e tipo de domicílio). Verificou-se que o risco de estar em IA moderada/grave foi 5,1 vezes maior (IC 95%: 1,8–14,8) nos domicílios cuja mulher negra era a pessoa de referência, 4,8 (IC95%: 1,4–16,0) e 4 (IC95%:1,2–13,7), entre as mulheres brancas e homens negros, respectivamente, quando comparado com homens brancos. A renda per capita familiar mensal $\leq \frac{1}{4}$ SM e a baixa escolaridade, se associaram significativamente com o desfecho de IA moderada/grave. Assim, esses determinantes devem estar inseridos na formulação e implementação de políticas públicas, estratégias e ações relacionadas à IA favorecendo e garantindo a justiça social e o direito à alimentação adequada.

Palavras-chave: Insegurança Alimentar; Estudos de gênero; Raça; Iniquidade Social.

ABSTRACT

Among the social determinants of food insecurity (FI), gender and race/color inequality are revealed in food security issues as vulnerability factors that determine and enhance the severity levels of FI. This study analyzed the association between AI, gender, and race/color of reference people in households in a municipality in the northeastern semi-arid region. This is a cross-sectional study carried out through household interviews (n=737) using a semi-structured questionnaire and the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA) with families living in urban and rural areas of the municipality of Cuité-PB. Self-declared gender and race/color profiles were created (white man, white woman, black man, and black woman) and analyzed with food safety and AI levels (mild and moderate/severe). Multinomial logistic regression models were applied to estimate the association between profiles and AI levels adjusted based on socioeconomic and demographic conditions (age, marital status, education, occupation, number of residents, child/adolescent in the household, per capita income family, access to Bolsa Família, living area and type of household). It was found that the risk of being in moderate/severe FI was 5.1 times higher (95% CI: 1.8–14.8) in households where a black woman was the reference person, 4.8 (95% CI: 1.4–16.0) and 4 (95%CI:1.2–13.7), among white women and black men, respectively, when compared to white men. Monthly family per capita income $\leq \frac{1}{4}$ MW and low education were significantly associated with the outcome of moderate/severe FI. Therefore, these determinants must be included in formulating and implementing public policies, strategies, and actions related to AI, as well as favoring and guaranteeing social justice and the right to adequate food.

Keywords: Food Insecurity; Gender studies; Race; Social Inequity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA DO ARTIGO I

Figura 1: Prevalência de segurança alimentar e os níveis de insegurança alimentar segundo características de gênero e raça/cor da pessoa de referência do domicílio. Cuité-PB, Brasil, 2023.....35

LISTA DE TABELAS

TABELAS DO ARTIGO I

Tabela 1: Distribuição das características socioeconômicas e demográficas das pessoas de referência dos domicílios do município de Cuité-PB, Brasil, 2023.....34

Tabela 2: Descrição das características socioeconômicas demográficas das pessoas de referência dos domicílios, segundo a situação de segurança e insegurança alimentar. Cuité-PB, Brasil, 2023.....36

Tabela 3: Razão de prevalência (RP) da insegurança alimentar por características socioeconômicas e demográficas das pessoas de referência dos domicílios. Cuité-PB, Brasil, 2023.....37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 OBJETIVOS.....	8
2.1 OBJETIVO GERAL.....	8
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	8
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
3.1 DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA, SAN E INSEGURANÇA ALIMENTAR.....	9
3.2 GÊNERO E INSEGURANÇA ALIMENTAR.....	13
3.3 RAÇA/COR E INSEGURANÇA ALIMENTAR.....	15
4 METODOLOGIA.....	17
4.1 TIPO DE ESTUDO.....	17
4.2 POPULAÇÃO DO ESTUDO E AMOSTRA.....	17
4.4 COLETA DE DADOS.....	17
4.4 VARIÁVEIS DO ESTUDO.....	18
4.4.1 Insegurança Alimentar.....	18
4.4.2 Condições socioeconômicas e demográficas.....	18
4.5 ANÁLISE DE DADOS.....	19
4.6 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS.....	19
5 RESULTADOS.....	20
REFERÊNCIAS.....	21
APÊNDICE A– ARTIGO 1.....	26

1 INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a garantia do direito de todos ao acesso à alimentação de qualidade, em quantidade suficiente e de forma permanente, cabendo ao Estado garantir esse direito aos indivíduos. A garantia da SAN não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, e deve ser realizada de forma sustentável (Brasil, 2006; FAO, 2009).

A violação deste direito conduz a diferentes níveis de insegurança alimentar (IA). Na situação de IA leve o aspecto mais afetado é a qualidade da alimentação, e a preocupação de que possa faltar alimento no futuro próximo. Na IA moderada, começa a haver restrição quantitativa na alimentação dos adultos da família. Por último, na IA grave existe a deficiência quantitativa e até mesmo fome entre adultos e crianças da família (Corrêa, 2007).

O relatório da FAO sobre o estado de segurança alimentar e nutricional (SAN) no mundo (2023) mostrou que cerca de 735 milhões de pessoas passaram fome, em comparação com 613 milhões em 2019. Já no Brasil, Salles-Costa e colaboradores (2022) ao analisarem as tendências de prevalência dos estratos de SA/IA segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) dos anos de 2004, 2009 e 2013 e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2018, e verificaram um aumento constante e expressivo da segurança alimentar entre 2004 e 2013, seguido por uma diminuição entre 2013 e 2018. De acordo com os autores, neste período o número de famílias com IA moderada quase dobrou, passando de 2,9 milhões de brasileiros em 2013 para 5,6 milhões em 2018, enquanto a IA grave passou a ser a realidade de mais de 1 milhão de novas famílias em 2018 (Salles- Costa *et al.*, 2022).

Santos e colaboradores (2023) ao acompanhar a IA no Brasil, durante um período de retrocessos em que houve mudanças drásticas nas políticas de proteção social (2004- 2018), observaram que as características dos chefes de família, como sexo, raça/cor da pele, estado civil e presença de crianças pequenas no domicílio, são fatores interligados que contribuem para um risco aumentado de IA domiciliar no Brasil.

Em 2022, dados do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 (II VIGISAN) apontaram que 33,1 milhões de pessoas não tinham garantido o que comer — ou seja, em IA grave — 14 milhões a mais de pessoas passando fome em comparação com o primeiro levantamento realizado em 2020. Conforme o estudo, mais da metade da população brasileira (58,7%) convivia com a IA em algum grau: leve, moderado ou grave em 2022 (Rede PENSSAN, 2022).

Ainda de acordo com o II Vigisan, as desigualdades de gênero conhecida como condição social que impactam na segurança alimentar (SA) foram, mais uma vez, confirmadas, mostrando que o acesso à alimentação foi reduzido nos lares onde a mulher era a pessoa de referência. Enquanto a SA foi encontrada em 47,9% dos domicílios chefiados por homens, naqueles em que as mulheres eram a referência apenas 37% apresentavam a mesma classificação. Ou seja, mais de 6 em cada 10 (63,0%) domicílios com chefes mulheres estavam em algum nível de IA. Destes, 18,8% em situação de fome (Rede PENSSAN, 2022).

Entre os diversos fatores que impactam na SAN das famílias chefiadas por mulheres, como o perfil de raça/cor e composição familiar (Silva *et al.*, 2023), podemos destacar também a desigualdade salarial, uma vez que estudos indicam que as mulheres recebem salários mais baixos quando comparados aos homens e apresentam as maiores taxas de inserção em emprego informal (Christensen, 2019). Além disso, existe a sobrecarga de trabalho doméstico e do cuidado (dupla jornada ou até tripla) que resulta em limitações de tempo, as “mães solteiras” sofrem restrições de tempo ainda mais severas e, portanto, tendem a ter baixos níveis de trabalho e consequentemente de rendimentos, apresentando casos mais graves de IA no domicílio (Braga e Costa, 2022).

Ainda neste contexto, sob a perspectiva das desigualdades que persistem nos domicílios com IA, os resultados do estudo de Silva *et al.* (2022) apontaram que a menor escolaridade e menor renda familiar *per capita* foram encontradas em domicílios chefiados por pessoas que se autodeclaravam como negras, com destaque para as mulheres negras, em que 41,5% tinham até o Ensino Fundamental e 51,1% declararam renda familiar de até 1/2 salário mínimo *per capita*. Domicílios com esses responsáveis também apresentaram maior densidade domiciliar e maior prevalência de condição inadequada de moradia e saneamento em comparação com os domicílios chefiados por homem branco e mulher branca.

Nesta direção, situações de desigualdades e de vulnerabilidade social e ambiental potencializam a IA nos domicílios, e entre as cinco regiões do país, o semiárido nordestino constitui-se, historicamente, como a região que possui as mais fortes características e contrastes ambientais e climáticos, além de ser marcada pela persistência das desigualdades sociais que fragilizam as famílias sertanejas (Buriti e Aguiar, 2008; Sena *et al.*, 2014).

Desta forma, este estudo parte da premissa de que as famílias chefiadas por mulheres são mais propensas a estarem em IA quando comparadas aos homens. Sendo os domicílios chefiados por mulheres negras (pretas e pardas) mais vulneráveis para o desfecho da IA. Em famílias com piores condições socioeconômicas e demográficas, a gravidade de IA é ainda maior.

Assim, destacando o agravamento da fome ocasionado pelas crises econômicas, os desmontes de políticas públicas, as desigualdades sociais, de gênero e raça/cor, ressaltam-se a necessidade de estudos sobre tais temáticas com as famílias chefiadas por mulheres, em especial, àquelas que residem no semiárido nordestino, visto que, a convivência com a IA assume contornos mais dramáticos em regiões mais vulneráveis.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a associação entre a IA e as características de gênero e raça/cor das pessoas de referência dos domicílios de um município do semiárido nordestino.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar as pessoas de referência dos domicílios segundo as condições socioeconômicas e demográficas;
- Estimar a prevalência de IA e gravidades nas famílias estudadas;
- Verificar a prevalência da IA segundo características de gênero e raça/cor da pessoa de referência.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA, SAN E INSEGURANÇA ALIMENTAR

A alimentação adequada e saudável é, antes de tudo, uma questão de direito humano. O debate sobre a alimentação como um direito universal começou após a segunda guerra mundial, quando inúmeras barbaridades cometidas contra a liberdade individual impulsionaram a discussão sobre os direitos humanos. Em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) afirmou que todos os seres humanos são, pelo simples fato de terem nascido e fazerem parte da espécie humana, sujeitos de e com direitos. Esses direitos são universais, indivisíveis, inalienáveis e interdependentes (ONU, 1948).

O direito humano à alimentação adequada (DHAA) está contemplado no artigo 25 da DUDH e posteriormente sua definição foi desdobrada no artigo 11 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) de 1966 e sua aplicação foi ainda mais detalhada no Comentário Geral nº 12, documento elaborado pelo Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC) para orientar os países, explicitando:

“(...) o direito à alimentação adequada se realiza quando todo homem, mulher e criança, sozinho ou em comunidade, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, a uma alimentação adequada ou aos meios necessários para sua obtenção” (ONU, 1966).

No Brasil, houve então a positivação jurídica do DHAA com a aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (Brasil, 2006a) e da emenda à Constituição Federal que incluiu a “alimentação” como um direito social e a aprovação de leis e regulamentos que estabelecem como obrigações do Estado respeitar, proteger, promover e prover o DHAA (Brasil, 2010). Para coordenar e articular todas as políticas que visam a efetividade do DHAA, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) foi instituído (Brasil, 2006b) em 2006. Diante disso, compreende-se que a alimentação adequada é um direito humano fundamental, e a garantia da SAN na população se torna um meio para a realização e o exercício deste direito (Burity *et al.*, 2010).

A SAN é alcançada quando todos os indivíduos têm o acesso à alimentação de qualidade, em quantidade suficiente e de forma permanente, cabendo ao Estado garantir esse direito

através de políticas públicas que para serem eficazes, devem ser estruturadas a partir da equidade, intersetorialidade, sustentabilidade, descentralização das ações, monitoramento da situação alimentar e nutricional e a participação social, articulando diferentes setores do governo e da sociedade civil. Visto que a garantia desse direito não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem mesmo o futuro sistema alimentar, e deve ser realizada de forma sustentável (Brasil, 2006; Leão, 2013; FAO, 2009).

A abrangência do conceito de SAN constitui um grande desafio para a mensuração e o monitoramento, porém possibilita uma visão mais integral e uma compreensão das inter-relações entre as diversas dimensões da SAN – a disponibilidade do alimento, o acesso, a utilização dos alimentos e dos nutrientes, e a estabilidade, que é uma dimensão transversal às outras três – um destaque para o “acesso aos alimentos” que realiza-se quando todos têm a capacidade de obter alimentos de forma socialmente aceitável, por exemplo, por meio da produção, compra, caça, ou troca. Essa dimensão é bastante complexa, envolvendo preços, tanto dos alimentos quanto das outras necessidades básicas, que com eles competem (FAO, 2014).

Com o objetivo de mensurar e avaliar as privações no acesso ao alimento, pesquisadores desenvolveram escalas com o propósito de obter resultados para além das consequências físico-biológicas, visto que a experiência com a fome apresentava também aspectos sociais e psicológicos a serem considerados em processos de mensuração (Kepple e Segall-Corrêa, 2011).

A partir de uma pesquisa pioneira, realizada com mulheres pobres que residiam no Estado de Nova York, a qual tinham vivenciado a experiência de fome, foi possível compreender a IA como um fenômeno progressivo que abrange dimensões psicológicas, sociais e com comprometimento da quantidade e qualidade da alimentação (Radimer *et al.*, 1992).

Desde então, as escalas de percepção da IA foram amplamente difundidas no meio acadêmico, bem como, validadas para o uso em diferentes línguas e países. No Brasil, a adaptação de uma escala que avalia a IA nos inquéritos populacionais – a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) – devidamente validada para a população e amplamente utilizada, é capaz de avaliar de maneira direta a percepção de IA e fome a nível domiciliar, o que possibilita a estimativa de sua prevalência na população (Corrêa, 2007). A EBIA é baseada na percepção ou experiência de IA percebida pelos indivíduos afetados, mensurando não apenas o acesso ao alimento, mas também as dimensões psicossociais da IA podendo ainda ser utilizada para mapear e compreender as causas e consequências da IA e da fome, utilizando o domicílio como unidade de análise sendo capaz de ser aplicada em diversas configurações socioculturais reproduzindo resultados válidos e previsíveis (Pérez-Escamilla; Segall-Corrêa, 2008).

A EBIA foi utilizada pela primeira vez na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) em 2004. Ao longo de 14 anos a escala sofreu adaptações quanto ao número de itens utilizados, sendo mantidos adequados a consistência interna e os valores de severidade dos itens (IBGE, 2004). A EBIA utiliza perguntas com respostas dicotômicas (sim; não) que se organizam entre famílias com indivíduos menores de 18 anos (realizadas 14 perguntas) e aquelas sem indivíduos menores de 18 anos (8 perguntas) (Segall-Corrêa *et al.*, 2014).

A escala classifica a situação de segurança alimentar ou IA do domicílio, considerando a sua condição progressiva em estágios. A classificação de Segurança Alimentar é caracterizada como aquela em que a família tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, ou seja, tem acesso pleno. A situação de IA se manifesta em três níveis: IA leve, quando há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro alimentos; IA moderada, em que há a redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos; e a IA grave, que ocorre quando há redução quantitativa de alimentos entre todos os moradores, incluindo as crianças (Kepple e Segall-Corrêa, 2011).

No que concerne a situação de segurança alimentar no mundo, o relatório da FAO (2023) sobre o estado da SAN, baseado na Food Insecurity Experience Scale - FIES, mostrou que cerca de 735 milhões de pessoas passaram fome, em comparação com 613 milhões em 2019, isso representa um aumento de 122 milhões de pessoas antes da pandemia de COVID-19. A pesquisa constatou que aproximadamente 29,6% da população global, equivalente a 2,4 bilhões de pessoas, não tinham acesso constante a alimentos (FAO, 2023).

No Brasil, entre o período de 2004 a 2013, houve um aumento na segurança alimentar, principalmente entre as famílias mais vulneráveis, ao mesmo tempo foi observada redução nas prevalências de IA. Em contrapartida, no período 2013-2018, a segurança alimentar diminuiu de enquanto todas as formas de IA aumentaram acentuadamente (Salles-Costa *et al.*, 2022). A redução da IA no Brasil, entre 2003 e 2013, pode ser atribuída em parte ao governo brasileiro que trilhou caminhos virtuosos na luta contra a fome e pobreza. Entre os fatores que contribuíram nesta luta destacam-se: (I) Os avanços nas políticas públicas de transferência direta de renda, educação, alimentação escolar, saúde e nutrição, fortalecimento da agricultura familiar, entre outras – que passaram a ter uma abordagem integrada com a Estratégia Fome Zero e o Brasil Sem Miséria; (II) A adoção do Cadastro Único, que possibilitou as condições para que as políticas públicas chegassem mais rápido às famílias que mais necessitavam e (III) o estabelecimento da Lei Orgânica de SAN e de uma rede de proteção social no país. O reflexo

destes caminhos se fez em 2014, quando o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (Brasil, 2015).

No período entre 2004 a 2022, as estimativas de SA/IA no Brasil, através dos dados dos inquéritos nacionais das Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNAD (2004, 2008 e 2013), da Pesquisa de Orçamentos Familiares-POF (2018) e dos I e II Inquéritos Nacionais sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (2020 e 2022, respectivamente), foi possível observar a piora expressiva no cenário de IA. O cenário se fez, sobretudo, de famílias mudando de uma situação de IA leve para o nível de IA moderada e, em seguida, para o de IA grave. Merecendo destaque também o avanço expressivo, em 1 ano e 4 meses, da IA grave, que era de 9,0% em 2020 e, entre final de novembro de 2021 e abril de 2022, aumentou para 15,5%.

Os resultados do II Vigisan sinalizaram o retorno do Brasil ao mapa da fome, um resultado dos desmontes das políticas públicas sociais, a piora na crise econômica, o aumento das desigualdades sociais e o segundo ano da pandemia da Covid-19, que fez com que mais da metade (58,7%) da população brasileira se encontrasse em IA, em diferentes níveis de gravidade (Rede PENSSAN, 2022; Brasil, 2023).

As desigualdades sociais são uma das causas que impactam no acesso seguro e suficiente aos alimentos, fatores como aumento das taxas de desemprego, violação de direitos sociais, aumento dos alimentos saudáveis e redução do poder de compra são fatores relacionados à IA, condições que foram coadjuvantes para o retorno do Brasil ao Mapa Mundial da Fome, com a pandemia de Covid-19 as fragilidades econômicas preexistentes na sociedade brasileira foram intensificadas em 2021 (FAO 2021; Rede PENSSAN, 2022).

Com relação à IA nas diferentes regiões do país, a IA moderada ou grave ocorreu com mais intensidade nas regiões Norte e Nordeste, com prevalências em 2021/2022, de 45,2% e 38,4%, respectivamente (Rede PENSSAN, 2022). No Nordeste a maior vulnerabilidade da região está concentrada no semiárido, área que corresponde a 20% do território nacional e localizado no interior do país. Formado predominantemente por municípios de pequeno porte, o semiárido apresenta condições climáticas de seca persistente, pobreza e baixa infraestrutura que elevam os desafios para superação da IA (Pérez-Marin *et al.*, 2017).

Nesse sentido, uma revisão sistemática realizada por Lignani *et al.*, (2020) apontou a associação entre indicadores sociais a IA, dentre eles: menor renda per capita mensal, grande número de moradores menores de 18 anos por domicílio; menor escolaridade do chefe de família; chefe de família mulher, negra e/ou multirracial, idosa, desempregada ou com emprego informal; chefe de família morando sem companheiro; residir em área urbana ou nas regiões

Norte ou Nordeste; participar de um programa de transferência condicional de renda; pior classificação socioeconômica, ser descendente de escravos negros (*quilombola*) e falta de condições dignas de moradia. Assim, a situação de IA nos domicílios é observada em diversas situações de vulnerabilidades, que refletem as desigualdades sociais e econômicas vivenciadas pela população em diferentes contextos sociais.

3.2 GÊNERO E INSEGURANÇA ALIMENTAR

O gênero, segundo Scott (1995), é um elemento constitutivo de relações sociais, mediante relações de poder que é experimentado de maneira distinta entre homens e mulheres e que são historicamente desiguais e hierárquicas. Ainda, para compreender o contexto de gênero faz-se necessário pensar a partir de uma lógica de relações interconectadas entre sexo, classe, raça etc.

Na interpretação de Crenhaw (2002) compreende-se nas relações plurais que levam a refletir nas desigualdades, dentro da lógica entre os sexos, entre as classes e entre as gerações. É importante pensar da dimensão de gênero com uma gama de outras identidades e ao modo pelo qual as intersecções contribuem para a vulnerabilidade de diferentes grupos de mulheres, como as experiências específicas de mulheres de grupos étnicos ou raciais, e como essas intersecções contribuem para a vulnerabilidade no contexto dos direitos humanos, dentre eles o direito à alimentação.

A desigualdade de gênero atinge a vida das mulheres mediante várias formas: déficit de poder de decisão e divisões injustas de trabalho, violência contra as mulheres, impossibilidade de melhoria nas condições de vida, lazer e padrões de alimentação discriminatórios (Carvalho, 2013).

Alguns estudos ressaltam ainda que, chefes de família ou não, a desigualdade de gênero é manifestada de diferentes formas e que estão inter-relacionadas: i) as mulheres recebem salários inferiores aos dos homens mesmo com níveis iguais de educação ii) normalmente estão inseridas no setor informal da economia, o que implica em instabilidade financeira (iii) e em lares chefiadas por mulheres, a maioria, ainda é de mães com seus filhos, o que representa uma sobrecarga no sentido da necessidade de recursos e de tempo (Assari, 2018; Fontoura *et al.*, 2010; Chant, 2004)

Como bem destacam Brito e Costa (2015), a SA, à semelhança de outras condições sociais, também apresenta uma forte relação de gênero, que influencia negativamente as chances de existência de insegurança alimentar nos domicílios chefiados por mulheres, quando comparados aos chefiados por homens.

Segundo o relatório “Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo” da FAO/ONU (2022), a disparidade de gênero na prevalência de IA continuou a aumentar em 2021 – 31,9% das mulheres no mundo encontravam-se em situação de IA moderada ou grave, em comparação com 27,6% dos homens – que corresponde a uma diferença de mais de 4 pontos percentuais, em comparação com 3 pontos percentuais no ano de 2020.

Em estudo realizado em Villa El Salvador no Peru no ano de 2019, mostrou que famílias chefiadas por mulheres tinham cerca de três vezes mais chances de apresentar IA em comparação com as famílias chefiadas por homens (Santos *et al.*, 2022). Nesse mesmo estudo, os autores observaram também que a família cuja chefe não completou o ensino médio foi 3,4 vezes mais propensa a ter IA do que se tivesse algum ensino superior.

No Brasil, Costa e Braga (2022) ao realizar estudo com dados da PNAD de 2013, apontaram que as famílias chefiadas por mulheres tinham menos 4,5 pontos percentuais (pp) das probabilidades de estarem em SA e 2,3 pp., 1,1 pp e 1,1 pp mais propensas à condição de IA leve, moderada e grave, respectivamente. De acordo com os autores, ao incluir a dupla carga de trabalho e a divisão de tarefas nas análises, as famílias chefiadas por mulheres apresentaram um efeito negativo menor nas probabilidades de SA (-2,7 pp). Em síntese, a literatura indica que domicílios chefiados por mulheres são mais propensos a apresentarem IA e que grande parte deste efeito se deve às limitações de tempo enfrentadas pelas mulheres e a falta de divisão de trabalho doméstico entre cônjuges.

Além disso, para as mulheres chefes de família, oportunidades de trabalho muitas vezes são limitadas e restrições de tempo como resultado de uma carga tripla de trabalho, manutenção de uma casa e cuidado de dependentes, forçando algumas mulheres a aceitar empregos mais flexíveis em detrimento dos rendimentos (Bradshaw; Chant; Linneker, 2019).

Embora as famílias chefiadas por mulheres apresentem, em média, níveis de IA mais elevados do que as chefiadas por homens, por elas priorizar a distribuição de recursos para despesas domésticas para melhor alimentação/estado nutricional e saúde, especialmente nas zonas rurais, elas conseguem reduzir e amenizar tal situação de vulnerabilidade (Sanchez-Céspedes *et al.*, 2022).

No Brasil, um estudo de coorte indicou que a frequência de gravidade da IA também foi maior nos domicílios onde as mulheres eram chefes de família e que se declararam não brancas; em domicílios com cinco ou mais moradores; que tinha residente menor de 18 anos; e que residiam em casas sem saneamento básico (Ramalho *et al.*, 2020).

Cabe ressaltar então, que a desigualdade de gênero, pobreza e IA encontram-se intimamente relacionadas. De modo que a pobreza intermedia a relação da IA com a desigualdade de gênero, pois a maior suscetibilidade das mulheres à discriminação social e pobreza é resultado das situações de opressão vividas diariamente por elas (Siliprandi, 2013; Chant, 2007).

3.3 RAÇA/COR E INSEGURANÇA ALIMENTAR

O gênero é um dos determinantes estruturais mais profundos das iniquidades em saúde, visto que gera estratificação social e impacta na posição social ocupada pelos indivíduos (Carvalho, 2013). Contudo, a raça/cor também representa um determinante estrutural da saúde, de forma que o grupo de mulheres não pode ser analisado como homogêneo, visto que estudos revelaram que o acesso da população negra à saúde e nutrição é diferente, oriundo das desigualdades raciais que exponenciam vulnerabilidades para pessoas de cor/raça preta ou parda e refletem as desigualdades socioeconômicas estruturantes. (Cobo, *et al.*, 2021; Ribeiro, 2017).

Desta forma, diversas dimensões sociais (como raça, gênero, classe social) interagem no nível macro sócio estrutural através de sistemas interconectados de privilégios e opressões (como racismo e sexismo, por exemplo), refletindo na realidade e contexto individual para cada grupo social (Bowleg, 2012; Crenshaw, 1989).

No Brasil, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, evidenciaram que a parcela da população que se autodeclarou parda ou preta representa mais da metade da população nacional (56%) e que a população parda foi o grupo com maior percentual nas regiões Norte (67,2%) e Nordeste (59,6%). Em estudos, este segmento populacional (parda ou preta) tem se mostrado o mais vulnerável à pobreza e às inúmeras desigualdades sociais (Lignani *et al.*, 2020; Moraes *et al.*, 2020; IBGE, 2020).

Nesse sentido, o acesso de diferentes grupos populacionais a bens e serviços básicos, tais como saúde, educação, moradia, trabalho e renda, tem sido desigual (IBGE, 2019). Desta forma, o direito humano à alimentação adequada também não acontece de maneira uniforme, sofrendo influência das características sociodemográficas do chefe de família, como gênero e raça/cor da pele e também da região dos domicílios, por exemplo. (Bezerra *et al.*, 2020; Bezerra *et al.*, 2017; Jung *et al.*, 2017).

Em vários países do mundo, os lares chefiados por mulheres, especialmente indígena e negra, que são grupos socialmente marginalizados, apresentam maiores riscos de IA quando

comparados aos lares sob a chefia de homens brancos (Walker *et al.*, 2020; Moraes *et al.*, 2020). O estudo realizado por Salles-Costa e colaboradores (2022) além de apontar que os domicílios chefiados por pessoas autodeclaradas negras, possuem maiores prevalências de IA grave, quando comparados aos chefes de família de cor branca, apresentavam também maior aumento proporcional da IA entre 2004 e 2018.

Ainda, as disparidades das prevalências de IA no Brasil, revelam as iniquidades sociais da população brasileira a partir das diferentes regiões do país (Gubert *et al.*, 2010). Bezerra e colaboradoras (2020) ao analisarem a IA nas regiões do Brasil, verificaram que as regiões Norte e Nordeste apresentaram as maiores prevalências de IA e as piores condições de renda, trabalho e saúde infantil, quando comparadas às regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste que apresentaram menores prevalências de IA e menor vulnerabilidade.

Diversas condições estão inter-relacionadas e impactam diretamente na SA dos indivíduos, especialmente nas mulheres negras. A renda familiar reduzida é uma delas, que apresentam a maior prevalência de ocupação em subempregos, devido ao tempo dedicado aos cuidados com os filhos encontram dificuldades para se inserirem em empregos formais, fato este que gera uma instabilidade financeira nessas famílias (Moreira, 2021). Em relação ao mercado de trabalho, segundo estudos realizados pelo IBGE (2022) nos cargos gerenciais, negros ocupam 29,5% dos cargos e brancos 69%. No que tange à situação de empobrecimento da população, pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, dos que recebem menos que US\$ 1,90 por dia, 9% são pretos, 11,4% são pardos e 5% são brancos.

No estudo de Facchini *et al.*, (2014) outras diferenças no contexto social também foram observadas a partir das diferentes regiões. Nos domicílios do Nordeste, a raça/cor materna predominante foi parda/mestiça (72,6%), mais de um quarto dos chefes de família estava sem emprego, e quase metade (47,4%) recebiam o benefício do Programa Bolsa Família. Enquanto que na Região Sul, a expressiva maioria dos domicílios apresentava mães brancas (70%), quase a metade dos chefes de família (48,6%) estavam trabalhando com carteira assinada, e apenas 16,3% eram contempladas com Bolsa Família.

Assim, os resultados do estudo de Santos e colaboradores (2023) também indicam que as características dos chefes de família, como sexo e raça/cor da pele, são fatores interligados que contribuem para um risco aumentado de IA, como também, o estado civil e presença de crianças pequenas no domicílio. Nesse contexto, existem várias dimensões que atravessam a existência da população negra, em especial da mulher negra. Assim, há uma clara necessidade de políticas intersetoriais e específicas às populações mais vulneráveis contribuindo para a redução dos agravos da IA no país.

4 METODOLOGIA

4.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de um estudo transversal de base populacional. Esse tipo de estudo está relacionado ao fator temporal, utilizado para descrever as variáveis predominantes em um determinado momento, sendo considerado de rápida aplicabilidade (Costa e Barreto, 2003). É um recorte de uma pesquisa de coorte intitulada “Insegurança alimentar, saúde, nutrição e programas governamentais: estudo de coorte em um município do semiárido nordestino, 2022-2024” realizada pelo Núcleo de Pesquisa e Estudos em Nutrição e Saúde Coletiva (Núcleo PENSO) do Centro de Educação e Saúde (CES) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) com parceria da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN).

4.2 POPULAÇÃO DO ESTUDO E AMOSTRA

O estudo foi realizado através de entrevistas domiciliares com famílias residentes nas regiões urbana e rural do município de Cuité-PB, no período de novembro/2022 a março/2023. O município de Cuité-PB está localizado a 235 km da capital do estado da Paraíba, ocupa extenso território em uma área de aproximadamente 740 Km² e possui população estimada em 19.719 habitantes (IBGE, 2023).

Para definição do tamanho da amostra utilizou-se o módulo da plataforma OpenEPI que calcula o tamanho da amostra para estudos transversais e de coorte, visando estimar uma amostra que permite a comparação de grupos expostos e não expostos segundo condição de IA em níveis de gravidade. No cálculo do tamanho amostral, foram divididos em dois estratos populacionais: urbano e rural. Considerou-se uma prevalência esperada de 10% de IA, intervalo de 95% de confiança (IC95%), resultando em uma amostra de 725 famílias.

4.3 COLETA DE DADOS

Visando garantir a aleatoriedade na seleção dos domicílios pesquisados foi preparada uma dinâmica de coleta de dados em campo. Para realização do Censo Populacional o IBGE divide o território dos municípios em Unidades Primárias de Amostragem (UPA) ou setor censitário. Para cada UPA o IBGE estima o número de domicílios existentes, assim, a partir

dessas informações os 725 domicílios foram distribuídos proporcionalmente para cada UPA, de forma que pretendemos coletar dados em toda a extensão territorial dos municípios.

Na zona urbana foi realizado sorteio do ponto de entrada nas unidades primárias de amostragem (UPA) ou setor censitário, com orientação do caminho e distribuição do número de domicílios por quarteirão, com um intervalo de três casas entre os domicílios entrevistados. Na zona rural foi realizada a busca por povoados e regiões aglomeradas selecionando os domicílios por conveniência, ou seja, as primeiras casas encontradas nas comunidades da UPA.

Foi utilizado questionário semiestruturado aplicado no âmbito familiar, cujo respondente foi o indivíduo responsável pela família ou um indivíduo adulto no domicílio, na ausência deste. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas face-a-face, por entrevistadores previamente treinados, por meio de *smartphones* e aplicativo de coleta de dados (KoboCollect). Ao final da coleta foram pesquisados 737 domicílios, que compõem a amostra deste estudo.

A autora deste trabalho participou diretamente de todas as etapas desta pesquisa, desde a elaboração do questionário de coleta de dados, da dinâmica de campo, treinamento dos entrevistadores, revisão dos questionários e análise dos dados.

4.4 VARIÁVEIS DO ESTUDO

4.4.1 Insegurança Alimentar

A IA foi medida por meio da EBIA, que avalia inicialmente a preocupação de que possa faltar alimento no futuro próximo, seguido por um construto que avalia sobretudo o aspecto da qualidade da alimentação da família. Em seguida, passa-se para a deficiência em termos quantitativos, havendo a deficiência ou insuficiência de alimento para os adultos da família e deficiência ou insuficiência para as crianças. Esta escala possui perguntas com respostas "não" e "sim". Cada resposta positiva recebe um ponto e o escore total é usado para classificar o status de segurança alimentar domiciliar da seguinte forma: 0 = segurança alimentar; 1 a 3 = IA leve; 4 a 5 = IA moderada; e 6 a 8 = IA grave. A EBIA é baseada em uma avaliação domiciliar e o período de referência das perguntas abrange três meses antes da entrevista. A escala na sua versão completa contém 14 itens, todavia, foi empregada no estudo a versão oito-itens, validada para domicílios apenas com adultos (Interlenghi *et al.*, 2019).

4.4.2 Condições socioeconômicas e demográficas

Para esse estudo, foram criados perfis de gênero e raça/cor, segundo informações a partir do sexo (homem e mulher) e raça/cor (branca, parda e preta) autorreferidos, formando quatro

grupos: homem branco, mulher branca, homem negro, mulher negra. A população negra foi composta pela junção das categorias pretos e pardos IBGE (2013).

Variáveis socioeconômicas e demográficas estudadas foram: idade (< 59 anos ou ≥ 60 anos); estado civil (solteiro(a) ou casado(a)); ocupação da pessoa de referência do domicílio (Trabalho formal informal/ aposentado/ pensionista ou Dona de casa/ Procura trabalho/ desempregado/ estudante); escolaridade da pessoa de referência do domicílio (> 8 anos, 1-7 anos ou não estudo); número de moradores do domicílio (até 3 moradores ou ≥ 4 moradores); presença de criança/adolescente; renda familiar *per capita* em salário-mínimo ($\geq \frac{1}{2}$ salário-mínimo; $\leq \frac{1}{2}$ e $\geq \frac{1}{4}$ de salário-mínimo ou $\leq \frac{1}{4}$ de salário-mínimo); acesso ao PBF e ao BPC; área de moradia (urbana ou rural) e situação do domicílio (próprio pago/pagando ou alugado/cedido) (Apêndice B).

4.5 ANÁLISE DE DADOS

Foi realizada a análise descritiva da caracterização da pessoa de referência segundo os perfis de gênero e raça/cor e das condições socioeconômicas e demográficas. Em seguida, foi aplicado o teste qui-quadrado para investigar a associação entre as variáveis preditoras investigadas e os níveis de IA. Em seguida, foram incluídas no modelo de regressão aquelas que apresentaram p-valor menor que 0,20. Sendo excluída do modelo final a variável “acesso ao BPC”.

Para investigar a associação do perfil de raça/cor e as variáveis socioeconômicas com a IA leve e moderada/grave, foi aplicado o modelo de regressão logística multinomial com estimativas de Razões de prevalência (RP) e intervalo de 95% de confiança (IC95%) . Após análise bivariada, as variáveis de ajuste utilizadas no modelo de regressão foram: idade, estado civil, escolaridade, ocupação, moradores, criança/adolescente no domicílio, renda per capita familiar, acesso ao PBF, área de moradia e tipo de domicílio. Foi considerada como categoria de referência o homem branco. Os modelos foram testados para a colinearidade. Para significância estatística foi considerado p-valor menor que 0,05. A análise de dados foi realizada utilizando-se o programa estatístico STATA (Stata Statistical Software) versão 15.0.

4.6 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Educação e Saúde, da Universidade Federal de Campina Grande, campus Cuité, portando o parecer nº 5.657.734. A participação no estudo foi voluntária, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

5 RESULTADOS

Os resultados desta dissertação serão apresentados na forma de um artigo original (Apêndice I) intitulado “**Insegurança alimentar, gênero e raça/cor: um estudo no semiárido nordestino**” que tem como objetivo principal analisar a associação entre a insegurança alimentar e as características de gênero e raça/cor das pessoas de referência dos domicílios de um município do semiárido nordestino. Nossos achados mostraram que 77% das famílias cujo homem branco era a pessoa de referência, estavam em segurança alimentar, enquanto que essa situação foi observada em 50% dentre as famílias na qual a mulher preta era a pessoa de referência. O risco de estar em IA moderada/grave é 5,1 vezes maior (IC 95%:1,8–14,8) nos domicílios cuja mulher negra é a pessoa de referência, 4,8 (IC 95%:1,4–16,0) e 4 (IC 95%:1,2–13,7), entre as mulheres brancas e homens negros, respectivamente, quando comparado com homens brancos.

O artigo será submetido à revista *Ciência & Saúde Coletiva* que, atualmente, está classificada com a categoria A1 no Qualis/Capes e fator de impacto (FI) 1,7 segundo o índice Journal Citation Reports (JCR).

REFERÊNCIAS

ASSARI S.B. BLACKS' diminished return of education attainment on subjective health; mediating effect of income. **Brain Sci.** 2018; 8:176.

BEZERRA, M.S.; JACOB, M.C.M.; FERREIRA, M.A.F.; VALE, D.; MIRABAL, I.R.B.; LYRA, C.O. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2020, v. 25, n. 10, pp. 3833-3846.

BEZERRA, T. A.; OLINDA, R. A. D.; PEDRAZA, D. F. Insegurança alimentar no Brasil segundo diferentes cenários sociodemográficos. **Ciência e Saúde Coletiva**, 2017, v. 22, n. 2, 15p., 2017.

BRADSHAW, S.; CHANT, S.; e LINNEKER, B. Desafios e mudanças na pobreza de gênero: a feminização, desfeminização e refeminização da pobreza na América Latina. **Fem Eco**, v. 25, p. 119-44, 2019.

BRAGA, C.; COSTA, L. Uso do tempo e insegurança alimentar em domicílios chefiados por mulheres no Brasil. **Revista Brasileira De Estudos De População**, v. 39, p.1–23, 2022.

BRASIL. **Emenda constitucional nº64, de 04/02/2010**. Altera o Art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social.

_____. **Pacto internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais**. Nova York, EUA: Organização das Nações Unidas 1966.

_____. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados**. Rio de Janeiro, IBGE: 2019.

_____. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 17, setembro, 2006b.

_____. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional** - Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. SAGI. **Estudo Técnico Nº 05/2015 – Resenha do Relatório Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2015 (SOFI)**. 2015.

_____. **Fome no Brasil piorou nos últimos três anos, mostra relatório da FAO**. Secretaria de Comunicação Social. Brasília (DF) 2023.

BOWLEG, L. The problem with the phrase women and minorities: intersectionality-an important theoretical framework for public health. **American journal of public health**, 2012; 102(7), 1267–1273.

BURITI, C.O; AGUIAR, J.O. Secas, migrações e representações do semiárido na literatura regional: por uma história ambiental dos sertões do nordeste brasileiro. **Revista Textos & Debates**, vol. 1(15), p.p.7-31, 2008.

BURITY, V; FRANCESCHINI T; VALENTE F; RECINE E; LEÃO M; CARVALHO M.F; Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF: **ABRANDH**, p. 204, 2010.

CARVALHO, A.I. Determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde. In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: população e perfil sanitário** [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 2. pp. 19-38. ISBN 978-85-8110-016-6.

COBO, B.; CRUZ, C.; DICK, P.C. Desigualdades de gênero e raciais no acesso e uso dos serviços de atenção primária à saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 26, n. 09, pp. 4021-4032, 2021.

CORRÊA, A. M. S. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 60, p. 143–154, maio 2007.

COSTA, M. F. L.; BARRETO, S. M.; Tipos de Estudos Epidemiológicos: Conceitos Básicos e Aplicações na Área do Envelhecimento; **Rev. Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Volume 12 - Nº 4 - out/dez de 2003.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão**. Florianópolis, Santa Catarina, v.7, n.12, p. 171-188, 2002.

CHANT, S. (2004). Dangerous equations? How female-headed households became the poorest of the poor: Causes, consequences and cautions. **IDS Bulletin**, 35(4), 19–26.

CHANT, S.H. (2007). Gender, generation and poverty: exploring the ‘feminisation of poverty’ in Africa, Asia and Latin America. Cheltenham, UK: Edward Elgar.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**, 1989; (1), pp. 139–167. University of Chicago Legal Forum.

CHRISTENSEN M.A. Feminization of Poverty: Causes and Implications. In: Leal Filho W, Azul A, Brandli L, Özuyar P, Wall T (eds). **Gender Equality**. Encyclopedia of the UNSustainable Development Goals. Springer, 2019. doi: 10.1007/978-3-319-70060-1_6-1.

FACCHINI, L.A.; NUNES, B.P.; MOTTA, J.V. et al. Insegurança alimentar no Nordeste e Suldo Brasil: magnitude, fatores associados e padrões de renda per capita para redução das iniquidades. *Cad Saude Publica*. 2014;30(1):161-174.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2022. In Brief to The State of Food Security and Nutrition in the World 2022. **Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable**. Rome: FAO.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2023. The State of Food Security and Nutrition in the World 2023. **Urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural–urban continuum**. Rome, FAO.

FAO, FIDA, UNICEF, PAM e OMS. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo**. Transformar os sistemas alimentares para a segurança alimentar, melhorar a nutrição e dietas saudáveis acessíveis para todos. Roma, 2021.

FAO. **Glossary on right to food**. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations, p.138, 2009.

FAO. **O Estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional: relatório 2014**. Brasília, DF. 2014.

FONTOURA, N.; PEDROSA, C., DINIZ, C. PNAD 2009: primeiras análises: investigando a chefia feminina. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Comunicados IPEA**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2010. 26p.

GUBERT, M.B., SANTOS, S.M.C., SANTOS, L.M.P.; PERÉZ-ESCAMILLA, R. A Municipal-level analysis of secular trends in severe food insecurity in Brazil between 2004 and 2013. **Global Food Security**, v. 14, 61–67, 2017.

II INQUÉRITO NACIONAL SOBRE INSEGURANÇA ALIMENTAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. - São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: **Rede PENSSAN**, 2022.

IBGE. **Características étnico-raciais da população- Classificações e Identidades**. Rio de Janeiro: IBGE. 2013.

_____. **Estimativa populacional**. Consultado em 20 de novembro de 2023.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar**. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados**. Rio de Janeiro, IBGE. 2019.

_____. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil**. Rio de Janeiro, IBGE. 2020.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar 2004/2009**. Rio de Janeiro, IBGE. 2010.

INTERLENGHI G.S, REICHENHEIM M.E, SEGALL-CORRÊA A.M, PÉREZ-ESCAMILLA R, MORAES C.L, SALLES-COSTA R. Adequação da versão de oito itens da Escala Brasileira de Medição de Insegurança Alimentar Domiciliar para identificar grupos de risco: evidências de uma amostra representativa de âmbito nacional. **Nutrição em Saúde Pública**. 2019;22(5):776-784

LEÃO M. O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional / organizadora, **ABRANDH** – Brasília, 2013. p.263 ISBN 978-85-63364-06-7

LIGNANI, J. B., PALMEIRA, P.A., ANTUNES, M.M.L. & SALLES-COSTA, R. (2020). Relationship between social indicators and food insecurity: a systematic review. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, 23, 15.p

KEPPLE, A.W.; SEGALL-CORRÊA, A.M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 16, n. 1, p.187- 199, jan. 2011. FapUNIFESP.

MORAIS, D.C., LOPES, S.O., PRIORE, S.E. (2020). Indicadores de avaliação da Insegurança Alimentar e Nutricional e fatores associados: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], 25 (7), pp. 2687-2700.

MOREIRA, N.R. A alimentação como direito: um olhar interseccional. In: OBHA, Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares. Interseccionalidades em Alimentação e Nutrição: desafios e conexões entre raça, classe, gênero e comida. Fundação Oswaldo Cruz, 1 (3). Brasília, DF: **OBHA**, 2021. 63p.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (ONU); Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola; Programa Alimentar Mundial e Organização Mundial da Saúde. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2022**. Redefinir as políticas alimentares e agrícolas para tornar as dietas saudáveis mais acessíveis. Roma: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura; 2022.

ONU. **Declaração Universal do Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948: Organizações das Nações Unidas 1948.

RADIMER, K. L. et al. Understanding hunger and developing indicators to assess it in women and children. **Journal of Nutrition Education**, v. 24, n. 1, p. 36S-44S, 1992. ISSN 0022-3182.

RAMALHO, A. A. "Insegurança Alimentar durante a Gravidez em uma Coorte Materno-Infantil na Amazônia Ocidental Brasileira" **Nutrientes**, V. 12, n. 6, p.1578, 2020.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** (Feminismos Plurais). Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p.

PÉREZ-MARIN, A.M.; ROGÉ, P.; ALTIERI M.A.; FORERO, L.F.U.; SILVEIRA, L.; OLIVEIRA, V.M.; DOMINGUES-LEIVA B.E. Transformações Agroecológicas e Sociais para a Convivência com a Semiaridez no Brasil. **Sustentabilidade** , v. 9, n. 6, pág. 990, 8 jun. 2017.

PÉREZ-ESCAMILLA, R.; SEGALL-CORRÊA, A. M.. Food insecurity measurement and indicators. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 15–26, jul. 2008.

SALLES-COSTA, R.; FERREIRA, A. A.; MATTOS, R. A.; REICHENHEIM, M. E.; PÉREZ-ESCAMILLA, R.; BEM-LIGNANI, J.; SEGALL-CORRÊA, A. M. National Trends and Disparities in Severe Food Insecurity in Brazil between 2004 and 2018. **Current developments in nutrition**, v. 6, n. 4, nzac034, 2022.

SANCHEZ-CÉSPEDES, L. M. et al.. Gender differences in the use of coping strategies to reduce food insecurity in Colombia. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 8, p. e00252121, 2022.

SANTOS, L. A., Pérez-ESCAMILLA, R., Cherol, C. C. S., Ferreira, A. A., & Salles-Costa, R. (2023). Gender, skin color, and household composition explain inequities in household food insecurity in Brazil. **PLOS global public health**, 3(10), e0002324.

SANTOS, M.P., BREWER, J.D., LOPEZ, M.A. Determinantes da insegurança alimentar entre famílias com crianças em Villa el Salvador, Lima, Peru: o papel do gênero e do emprego, um estudo transversal. **BMC Saúde Pública**, v. 22 , n. 717, 2022.

SCOTT, J.W. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n 2, p.71-99, jul/dez., 1995.

SENA, A; BARCELLOS, C; FREITAS, C; CORVALAN, C. Managing the health impacts of drought in Brazil. **International Journal. Environ. Research and Public Health**, vol. 11 (10), pp. 10737-10751, 2014.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L.; MELGAR-QUIÑONEZ, H.; PÉREZ ESCAMILLA, R. Refinement of the Brazilian Household Food Insecurity Measurement Scale: Recommendation for a 14-item EBIA. **Revista de Nutrição**, 2014; 27, n. 2, p. 241-251.

SILVA, S.O.; SANTOS, S.M.C; GAMA, C.M.; COUTINHO, G.R.; SANTOS, M.E.P.; SILVA, N. J. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. **Cad Saúde Pública** [Internet]. 2022; v. 38 n.7 :e00255621.

Santos, L. A., Pérez-Escamilla, R., Cherol, C. C. S., Ferreira, A. A., & Salles-Costa, R. (2023). Gender, skin color, and household composition explain inequities in household food insecurity in Brazil. **PLOS global public health**, 3(10), e0002324.

SILIPRANDI E.C. A Alimentação como um tema político das mulheres. In: FIOCRUZ, E. (Ed.). **Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro, 2013. 187-198p.

WALKER, R. J.; GARACCI, E.; DAWSON, A. Z.; WILLIAMS, J. S.; OZIEH, M.; EGEDE, L. E. Trends in Food Insecurity in the United States from 2011-2017: Disparities by Age, Sex, Race/Ethnicity, and Income. **Population health management**, v. 24, n. 4, pp. 496–501, 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE I

INSEGURANÇA ALIMENTAR, GÊNERO E RAÇA/COR: UM ESTUDO NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Thaís da Conceição Pereira¹

Poliana de Araújo Palmeira²

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar a associação entre a insegurança alimentar (IA) e as características de gênero e raça/cor das pessoas de referência dos domicílios de um município do semiárido nordestino. Trata-se de um estudo transversal realizado por meio de entrevistas domiciliares utilizando-se de questionário semiestruturado com famílias residentes nas zonas urbana e rural do município de Cuité-PB. Foram criados perfis a partir da intersecção de gênero e raça/cor autodeclarados (homem branco, mulher branca, homem negro e mulher negra) e analisados com nos níveis de IA (leve e moderada/grave). Modelos de regressão logística multinomial foram aplicados para estimar a associação entre os perfis com os níveis de IA ajustada a partir de condições socioeconômicas e demográficas (idade, estado civil, escolaridade, ocupação, número de moradores, criança/adolescente no domicílio, renda per capita familiar, acesso ao bolsa família, área de moradia e tipo de domicílio). Verificou-se que o risco de estar em IA moderada/grave foi 5,1 vezes maior (IC95%: 1,8–14,8) nos domicílios cuja mulher negra era a pessoa de referência, e de 4,8 (IC 95%: 1,4–16,0) e 4,0 (IC 95%: 1,2–13,7), entre famílias chefiadas por mulheres brancas e homens negros, respectivamente, quando comparado com homens brancos. A renda per capita familiar mensal $\leq \frac{1}{4}$ SM e a baixa escolaridade, se associaram significativamente com o desfecho de insegurança alimentar moderada/grave (p-valor<0,05). Assim, esses determinantes devem estar inseridos na formulação e implementação de políticas públicas para famílias do semiárido nordestino, como forma de planejar estratégias e ações relacionadas à IA favorecendo e garantindo a justiça social e o direito à alimentação adequada.

Palavras-chave: Insegurança Alimentar; Estudos de gênero; Raça; Iniquidade Social.

¹ Programa de pós-graduação em ciências da nutrição (PPGCN), Universidade Federal da Paraíba. Campus I Lot. Cidade Universitária, 58051-900 Castelo Branco, João Pessoa-PB Brasil. thaispereira1914@gmail.com

² Unidade Acadêmica de Saúde, Universidade Federal de Campina Grande. Sítio Olho D'água da Bica S/N, Centro de Educação e Saúde. 58175-000 Cuité PB Brasil. palmeira.poliana@gmail.com

Introdução

Em 2021, cerca de 2,3 bilhões de pessoas no mundo (29,3%) estavam em insegurança alimentar (IA) moderada ou grave. A prevalência de IA era maior entre as mulheres do que entre os homens, observado que 31,9% das mulheres estavam em IA moderada ou grave, em comparação com 27,6% dos homens – uma diferença de mais de 4 pontos percentuais, em comparação com 3 pontos percentuais em 2020.¹

No Brasil, segundo os dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia (II Vigisan), as desigualdades de gênero conhecidas como condições sociais que impactam na segurança alimentar e nutricional (SAN) foram, mais uma vez, confirmadas, ao observar a SAN em 47,9% dos domicílios chefiados por homens, e apenas 37% naqueles em que a mulher era a pessoa de referência. Ou seja, mais de 6 em cada 10 (63,0%) domicílios com chefes mulheres estavam em algum nível de IA e, destes, 18,8% em situação de fome.²

Essas disparidades na IA, resultantes da construção social dos papéis de gênero, que atribui às mulheres a responsabilidade pelas atividades domésticas, incluindo a SAN dos agregados, os cuidados com a saúde das crianças e outros membros no ambiente familiar, tornam esses lares mais vulneráveis à IA.³

As mulheres enfrentam diversos desafios relacionados à SAN (Moreira, 2021), pois além da dupla ou até tripla carga de trabalho devido às suas atividades de cuidado e doméstico, recebem salários mais baixos do que os homens exercendo a mesma função de trabalho.⁴ Além disso, as mulheres solteiras com filhos, devido a necessidade de adentrar no mercado de trabalho, submetem-se à situações de sub-ocupações e consequentemente baixos salário.⁵ Essa desigualdade salarial é particularmente evidente entre as mulheres negras, que também enfrentam discriminação sexual e racial agravada no mercado de trabalho e, portanto, têm maior probabilidade de receber salários de nível de pobreza do que as mulheres brancas ⁶.

Assim, as desigualdades relacionadas à raça/cor da pele para IA moderada/grave aumentam ainda mais as disparidades relacionadas ao gênero ⁷. De forma, os estudos demonstram que a relação entre gênero e raça/cor da pele são dimensões que aumentam a vulnerabilidade da mulher negra ao acesso a alimentação adequada captada pela IA de famílias.⁸ No Brasil, o II Suplemento publicado em 2023 pela Rede PENSSAN, a partir dos dados do II Vigisan, apresentou uma frequência menor de SA e maior vulnerabilidade à IA nos lares chefiados por mulheres negras, apontando as condições sociais como aspectos determinantes

no acesso à alimentação, com destaque para às desigualdades e iniquidades que persistem na sociedade brasileira ⁹.

Nesta direção, sendo o Brasil um país de proporções continentais, observam-se disparidades nas prevalências de IA de acordo com cada região, sendo algumas populações mais vulneráveis, marcadas por desigualdades sociais historicamente presentes, como a região do semiárido nordestino.¹⁰ As elevadas prevalências de IA nessa região foram associadas a marcadores de grande vulnerabilidade social, como famílias maiores, com baixa renda, beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), residentes em áreas rurais ou territórios de povos tradicionais, famílias chefiadas por mulheres, indivíduos raça/cor autodeclarados pardo, baixa escolaridade e piores condições de moradia ¹¹.

Assim, dada a relevância de estudos sobre os diferentes níveis de IA das famílias, em especial àquelas chefiadas por mulheres, e a necessidade de estudos com populações de regiões mais vulneráveis do país, o objetivo deste estudo é analisar a associação entre a IA, e as características de gênero e raça/cor das pessoas de referência dos domicílios em um município do semiárido nordestino.

Métodos

Tipo de estudo, população e amostra

Trata-se de um estudo transversal de base populacional, que faz parte de uma pesquisa de coorte intitulada “Insegurança alimentar, saúde, nutrição e programas governamentais: estudo de coorte em um município do semiárido nordestino, 2022-2024” realizado com as famílias residentes nas regiões urbana e rural do município de Cuité-PB. O município de Cuité-PB está localizado na região do semiárido nordestino, a 235 km da capital do estado da Paraíba, ocupa extenso território em uma área de aproximadamente 740 Km² e possui população estimada em 19.719 habitantes ¹².

Para o cálculo da amostra foi utilizado o módulo da plataforma OpenEPI, sendo as famílias a unidade primária de amostragem do estudo. Foi calculada uma amostra aleatória estratificada por região urbana e rural, com partilha proporcional. No cálculo amostral, foram divididos dois estratos populacionais: urbano e rural. Considerou-se uma prevalência esperada de 10% de IA, intervalo de 95% de confiança (IC95%), totalizando uma amostra de 725 famílias, 467 (64,4%) na zona urbana e 258 (35,6%) na zona rural do município.

Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada com entrevistas do tipo face-a-face no domicílio das famílias, aplicado por entrevistadores treinados – graduandos do curso de nutrição da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) do campus de Cuité-PB – que utilizaram questionário semiestruturado, por meio de *smartphones* e aplicativo de coleta de dados (KoboCollect), cujo respondente era o indivíduo responsável pela família ou um indivíduo adulto no domicílio. Ao final da coleta foram pesquisados 737 domicílios, que compõem a amostra deste estudo.

Com o objetivo de garantir a aleatoriedade da amostra, os 725 domicílios foram distribuídos de forma proporcional pelo número de Unidades Primárias de Amostragem (UPA) – subdivisões do território realizado pelo IBGE para realização do Censo Populacional – de modo que a coleta foi realizada considerando todas as UPAs da extensão territorial do município. Para a dinâmica de campo na zona urbana do território de estudo, foi realizado um sorteio do ponto de entrada nas UPAs com orientação do caminho e distribuição do número de domicílios por quarteirão, com um intervalo de três casas entre os domicílios entrevistados. Na zona rural foi realizada a busca por povoados e regiões mais aglomeradas nas comunidades das UPAs.

Variáveis do estudo

A variável desfecho de IA foi mensurada através da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), um instrumento psicométrico amplamente utilizado em inquéritos populacionais e relevante para classificar a situação dos domicílios em segurança alimentar ou níveis de insegurança alimentar (leve, moderada ou grave)^{13,14}. A escala na sua versão completa contém 14 itens, todavia, foi empregada no estudo a versão 8-itens, validada para domicílios apenas com adultos¹⁵. Neste estudo, a IA foi avaliada nos níveis: segurança alimentar, IA leve e IA moderada/grave, como forma de comparar as formas severas em mesmo nível de gravidade

Sexo e raça/cor da pele

O sexo dos chefes das famílias foi avaliado de forma dicotômica, com base no sexo biológico(homem/mulher). A cor da pele utilizou a mesma classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) que avalia de forma autorreferida a cor da pele em cinco categorias: branco, preto, pardo, indígena e amarelo¹⁶. Neste estudo, as pessoas classificadas como indígenas (0,13%) e amarelas (0,4%) não foram avaliadas.

Para esse estudo, foram criados perfis de gênero com a raça/cor, segundo informações a partir do sexo (homem e mulher) e raça/cor (branca, parda e preta) autorreferidos, formando quatro grupos: homem branco, mulher branca, homem negro, mulher negra. A população negra foi composta pela junção das categorias pretos e pardos.

Demais variáveis do estudo

Variáveis socioeconômicas e demográficas estudadas: idade (< 59 anos ou $\geq$ 60 anos); estado civil (solteiro(a) ou casado(a)); ocupação da pessoa de referência do domicílio (Trabalho formal informal/ aposentado/ pensionista ou Dona de casa/ Procura trabalho/ desempregado/ estudante); escolaridade da pessoa de referência do domicílio (> 8 anos, 1-7 anos ou não estudo); número de moradores do domicílio (até 3 moradores ou $\geq$ 4 moradores); presença de criança/adolescente; renda familiar *per capita* em salário-mínimo ($\geq$ $\frac{1}{2}$ salário-mínimo; $\leq$ $\frac{1}{2}$ e $\geq$ $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo ou $\leq$ $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo); acesso ao Programa Bolsa Família (PBF) e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC); área de moradia (urbana ou rural) e situação do domicílio (próprio pago/pagando ou alugado/cedido).

Análise de dados

Foi realizada a análise descritiva da caracterização da pessoa de referência segundo os perfis de gênero e raça/cor e das condições socioeconômicas e demográficas. Em seguida, foi aplicado o teste qui-quadrado de Pearson para investigar a associação entre as variáveis preditoras investigadas e os níveis de IA. Em seguida, foram incluídas no modelo de regressão aquelas que apresentaram p-valor menor que 0,20. Sendo excluída do modelo final a variável “acesso ao BPC”.

Para investigar a associação do perfil de raça/cor e as variáveis socioeconômicas com a IA leve e moderada/grave, foi aplicado o modelo de regressão logística multinomial com estimativas de Razões de prevalência (RP) e intervalo de 95% de confiança (IC95%). As variáveis de ajuste no modelo de regressão foram: idade, estado civil, escolaridade, ocupação, moradores, criança/adolescente no domicílio, renda per capita familiar, acesso ao PBF, área de moradia e tipo de domicílio. Foi considerada como categoria de referência o homem branco. Os modelos foram testados para colinearidade. Para significância estatística foi considerado p-valor $< 0,05$. A análise de dados foi realizada utilizando-se o programa estatístico STATA (Stata Statistical Software) versão

O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Educação e Saúde, da Universidade Federal de Campina Grande, campus Cuité, portando o parecer nº 5.657.734 (Anexo A). A participação no estudo foi voluntária, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Resultados

Dentre as pessoas de referência das famílias estudadas, 48,1% se autodeclararam mulheres negras (pardas e pretas) 25,2% mulheres brancas, 18,3% homens negros (pardos e pretos), 8,3% homens brancos. Observou-se as maiores prevalências os domicílios chefiados por pessoas <59 anos, estado civil casada(o), mais de oito anos de estudo, que relataram ter ocupação ou eram aposentados(a)/pensionistas, domicílios com até três moradores, sem a presença de criança/adolescente, renda $\geq 1/2$ SM, sem acesso ao Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), residiam na zona urbana e em domicílios próprios. Observou-se ainda, que quase metade dos domicílios (41,6%), se encontrava em IA sendo 13,8% e 6,8% em IA moderada e grave, respectivamente (Tabela 1)

A figura 1 apresenta a situação de SA e os níveis de IA conforme perfil de gênero e raça/cor da pessoa de referência. Verificou-se que 77% das famílias cujo homem branco era a pessoa de referência, estavam em segurança alimentar, enquanto que essa situação foi observada em 53,5% dentre as famílias na qual a mulher negra era a pessoa de referência. A IA leve foi maior nas famílias onde a mulher negra era a pessoa de referência (22,8%). Ainda, as prevalências de insegurança alimentar moderada foram maiores nos domicílios chefiados por pessoas negras, enquanto que as maiores prevalências de insegurança grave foram observadas nos domicílios chefiados por mulheres brancas e negras.

A Tabela 2 mostra maiores prevalências de insegurança alimentar nas famílias cuja pessoa de referência tinha < 60 anos de idade, escolaridade entre 1-7 anos de estudo, sem ocupação com trabalho, mais de três moradores no domicílio, presença de criança/adolescente no domicílio, renda per capita mensal $\leq 1/4$ SM, acesso ao PBF, residia em zona rural e morava em domicílio cedido/emprestado.

Verificou-se maior risco de estar em IA moderada/grave nos domicílios cuja mulher negra era a pessoa de referência. O risco de estar em IA moderada/grave é 5,1 (IC95%: 1,8–14,8), 4,8 (IC95%: 1,4–16,0) e 4 (IC95%: 1,2–13,7) vezes maior entre as mulheres negras, brancas e homens negros, respectivamente, quando comparado com homens brancos. Não foi observado associação com IA leve.

Outros fatores socioeconômicos foram associados à IA. A baixa escolaridade (Não estudar: 2,02; 1,0-4,0;), domicílios com quatro ou mais moradores (RP = 1,66; IC95%: 1,0–4,0), renda per capita familiar $\leq 1/4$ SM (RP = 2,0; IC95%: 1,1–3,8), acessar o benefício do Bolsa Família (RP = 1,9; IC95%: 1,1–3,3) e morar em domicílio alugado/próprio ainda pagando (RP = 2,0; IC95%: 1,1–3,7) se associaram significativamente com os níveis de IA leve. A renda mensal

per capita $\leq \frac{1}{4}$ SM (RP = 5,4; IC95%: 2,6–11,0) e a baixa escolaridade (Não estudar: RP = 6,6; IC95%: 3,3–13,2), também se associaram com o desfecho de IA moderada/grave (Tabela 3).

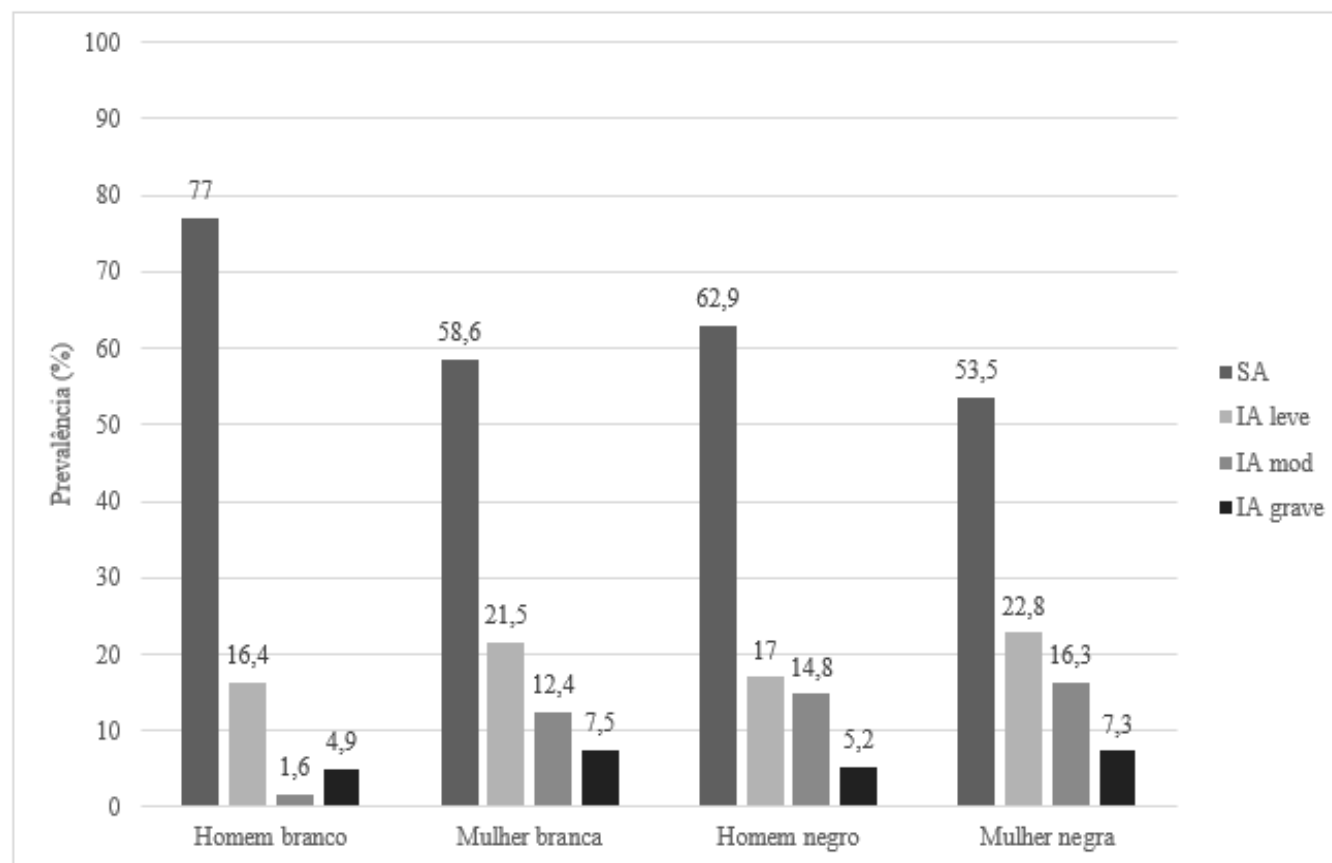
Tabela 1. Distribuição das características socioeconômicas e demográficas das pessoas de referência dos domicílios do município de Cuité-PB, Brasil,, 2023 (n=737).

Características	% (n)
Perfil de gênero e raça/cor	
Homem branco	8,3 (61)
Mulher branca	25,2 (186)
Homem negro	18,3 (135)
Mulher negra	48,1 (355)
Idade (anos)	
<59 anos	67,7 (499)
60 ou mais	32,3 (238)
Estado civil	
Solteiro(a)	37,1 (274)
Casado(a)	62,8 (463)
Escolaridade (anos de estudo) **	
> 8 anos	43,9 (323)
1-7 anos	42,4 (312)
Não estudou	13,6 (100)
Ocupação	
Trabalho formal/ informal/ aposentado/ pensionista	66,8 (492)
Dona de casa/ Procura trabalho /desempregado(a) /estudante	33,2 (245)
Número de Moradores	
Até 3 moradores	67,4 (497)
4 ou mais moradores	32,6 (240)
Criança/Adolescente no domicílio	
Sim	42 (310)
Não	57,9 (427)
Renda familiar mensal per capita (17 perdas) ****	
>=1/2 SM (R\$ 606)	44 (317)
<1/2 SM e >=1/4 SM	29 (209)
<1/4 SM (Até R\$ 303)	26,9 (194)
Acesso ao Bolsa Família*	
Sim	46,8
Não	53
Acesso ao BPC*	
Sim	6,5 (48)
Não	93,5 (688)
Área de moradia	
Urbana	63,2 (466)
Rural	36,8 (271)
Tipo de domicílio	
Próprio, já pago	78,8 (581)
Alugado/ Próprio, ainda pagando	12,7 (97)
Cedido/Emprestado	8,4 (62)
Situação de segurança/ insegurança alimentar	
Segurança	58,4 (431)
Insegurança leve	20,9 (154)
Insegurança moderada	13,8 (102)
Insegurança grave	6,8 (50)

* 1 caso perdido; ** 2 casos perdidos; *** 17 casos perdidos; **** Salário-mínimo referente ao ano de 2022 (R\$1212,00); SM: salário-mínimo, BPC: Benefício de Prestação Continuada.

Fonte: Autoras.

Figura 1: Prevalência de segurança alimentar e os níveis de insegurança alimentar segundo características de gênero e raça/cor da pessoa de referência do domicílio. Cuité-PB, Brasil, 2023.



Teste qui-quadrado de Pearson $p=0,042$.

Tabela 2: Descrição das características socioeconômicas demográficas das pessoas de referência dos domicílios, segundo a situação de segurança e insegurança alimentar, Cuité-PB, Brasil, 2023 (n=737).

Características	SA (%)	IA Leve (%)	IA Mod. (%)	IA Grave (%)	p-valor
Idade (anos)					p = 0,001
Até 60	61,9	75,3	75,5	78	
60 ou mais	38	24,7	24,5	22	
Estado civil					p= 0,501
Solteiro(a)	37,5	32,5	41,1	40	
Casado(a)	62,4	67,5	58,8	60	
Escolaridade (anos de estudo) *					p< 0,001
> 8 anos	50,9	42,5	25,5	26	
1-7 anos	37,7	45,1	55,9	48	
Não estudou	11,9	12,4	18,6	26	
Ocupação					p<0,001
Trabalho formal/ informal/ aposentado/ pensionista	72,8	60,4	58,8	50	
Dona de casa/ Procura trabalho /desempregado(a) /estudante	27,1	39,6	41,2	50	
Número de moradores					p=0,001
Até 3 moradores	73	57,8	62,7	58	
4 ou mais moradores	26,9	42,2	37,2	42	
Criança/Adolescente no domicílio					p=0,011
Sim	37,1	46,7	51,9	50	
Não	62,9	53,2	48	50	
Renda familiar mensal per capita (salário-mínimo) **					p<0,001
>=1/2 SM (R\$ 606)	56	35,5	20,6	18	
<1/2 SM e >=1/4 SM	26,7	27,6	41,2	28	
<1/4 SM (Até R\$ 303)	17,3	36,8	38,2	54	
Acesso ao Bolsa Família					p<0,001
Sim	35,6	61	62,7	68	
Não	64,4	38,9	37,2	32	
Acesso ao BPC					p= 0,769
Sim	5,6	6,5	9,8	8	
Não	94,4	93,5	90,2	92	
Área de moradia					p<0,001
Urbana	68,7	61	54,9	40	
Rural	31,3	38,9	45,1	60	
Tipo de domicílio					p=0,001
Próprio, já pago	83,5	71,4	75,5	68	
Alugado/Próprio, ainda pagando	11,4	16,2	9,8	20	
Cedido/Emprestado	5,1	12,3	14,7	12	

* 2 casos perdidos; ** Salário-mínimo referente ao ano de 2022 (R\$ 1212,00); SA: Segurança Alimentar, IA: Insegurança Alimentar, SM: salário-mínimo, BPC: Benefício de Prestação Continuada.

Fonte: Autoras.

Tabela 3: Razão de prevalência (RP) da insegurança alimentar por características socioeconômicas e demográficas das pessoas de referência dos domicílios. Cuité-PB, Brasil, 2023.

Características	IA leve		IA moderada/grave	
	RP bruta (IC 95%)	RP ajustada (IC 95%)	RP bruta (IC 95%)	RP ajustada (IC 95%)
Perfil de gênero e raça/cor				
Mulher branca	1,72 (0,7;3,7)	2,09 (0,8;4,9)	3,98 (1,3; 11,8)	4,86(1,4;16)
Homem negro	1,27 (0,5;2,8)	1,29(0,5;3,1)	3,73 (1,23;11,3)	4,0(1,2;13,7)
Mulher negra	2,00 (0,9;4,1)	1,98(0,8;4,5)	5,19 (1,8; 14,8)	5,1(1,5;16,2)
Idade (anos)				
60 ou mais	0,52 (0,3;0,7)	0,69 (0,3;1,2)	0,49 (0,3;0,7)	0,6(0,3;1,1)
Estado civil				
Solteiro(a)	0,79 (0,5;1,1)	0,85(0,5;1,3)	1,1 (0,7;1,6)	1,3(0,8;2,0)
Escolaridade (anos de estudo)				
1-7 anos	1,43 (0,9;2,1)	1,71(1,0;2,7)	2,83 (1,8;4,3)	3,4(2,0;5,5)
Não estudou	1,31(0,7;2,3)	2,02(1,0;4,0)	3,7 (2,1;6,6)	6,6(3,3;13,2)
Ocupação				
Desempregado(a)/estudante/dono (a) de casa	1,77 (1,2;2,6)	0,7(0,4;1,2)	2,19 (1,4;3,2)	0,7(0,4;1,3)
Número de moradores				
4 ou mais moradores	1,99 (1,3;2,93)	1,66 (1,0;2,7)	1,69 (1,1;2,5)	1,17(0,7;1,9)
Criança/Adolescente no domicílio				
Sim	1,46 (1,0;2,1)	0,61(0,3;1,0)	1,71 (1,1;2,4)	0,80(0,4;1,3)
Renda per capita mensal				
≤1/2 e ≥1/4	1,62 (1,0;2,5)	1,16(0,6;1,9)	3,9 (2,7;6,4)	3,3(1,8;5,9)
≤1/4	3,37 (2,1;5,3)	2,0(1,1;3,8)	7,36 (4,4;12,1)	5,4(2,6;11,0)
Acesso ao Bolsa Família				
Sim	2,82 (1,9;4,3)	1,9(1,1;3,3)	3,24 (2,2;4,7)	1,5(0,9;2,66)
Área de moradia				
Rural	1,4 (0,9;2,0)	1,15(0,7;1,8)	2,26 (1,5;3,2)	1,3(0,8;2,1)
Tipo de domicílio				
Alugado/Próprio, ainda pagando	1,67 (0,9;2,8)	2,04(1,1;3,7)	1,3 (0,7;2,3)	1,89(0,9;3,6)

Em negrito resultados com $p < 0,05$; IC 95%: Intervalo de 95% de confiança

Fonte: Autoras.

Discussão

Os resultados deste estudo mostraram alta prevalência e gravidade de IA em uma amostra representativa de famílias que residem em região brasileira marcada pela vulnerabilidade climática e social. A IA nas regiões Norte e Nordeste são preocupantes devido à alta vulnerabilidade social quando se consideram as iniquidades sociais presentes, atingindo os maiores índices de IA (57% e 50,3%, respectivamente), inclusive de IA grave, cuja proporção foi de 10,2% na região Norte e 7,1% na região Nordeste¹⁷. Neste estudo, o percentual de IA grave (6,8%) foi semelhante ao da região Nordeste do país.

Os achados também apontaram que os domicílios chefiados por mulheres e pessoas negras apresentaram a situação de maior vulnerabilidade à IA moderada/grave, evidenciando a desigualdade de gênero e raça/cor no acesso à alimentação, condição que também foi observada em outros estudos realizados com a população brasileira^{9,17} e na cidade de Salvador⁶. Estudos realizados em outros países também vêm inserindo as disparidades sociais que a população negra e as mulheres vivenciam e o seu impacto na SA^{18, 19, 20, 21}.

Santos *et al.*¹⁷, mostrou que a IA moderada/grave esteve mais associada aos domicílios chefiados pelas mulheres negras em todas as macrorregiões do Brasil. No estudo realizado por Silva *et al.*⁶ as mulheres negras apresentaram maior chance de IA leve (RP = 1,39; IC95%: 1,15-1,68) e moderada/grave (RP = 1,94; IC95%: 1,49-2,52) em relação aos domicílios chefiados por homens brancos, além de maior chance de IA moderada ou grave em todos os níveis de escolaridade e nas faixas de até 1/2 salário mínimo e > 1 salário mínimo. Os nossos resultados apresentaram maiores razão de prevalência para a IA, provavelmente, em função da região, que é marcada historicamente pela vulnerabilidade social, ambiental, econômica e política que afetam diretamente as condições de vida dessa população, principalmente na agricultura de subsistência, nas fontes de trabalho e renda, e na produção, acesso e consumo de alimentos, impactando na garantia da SAN, do DHAA e da Soberania Alimentar^{22, 23, 24}.

A desigualdade racial quanto à situação de IA revelada, também foi apontada no II Vigitran, além de destacar que as dimensões de gênero e raça/cor traçam um perfil ainda mais vulnerável, cujas prevalências de IA foram mais elevadas nos domicílios chefiados por mulheres negras (pretas e pardas). A SA foi mais prevalente nos domicílios chefiados por homens brancos, revelando as inequidades vivenciada por mulheres negras e por homens negros expressas na baixa valorização do trabalho, pelo valor desigual do salário, pelo grau mais elevado de informalidade na ocupação e pela instabilidade no acesso à renda.²

Neste contexto, as dificuldades enfrentadas nos domicílios cuja mulher é a pessoa de referência são complexas e ultrapassam o aspecto do acesso à alimentação adequada. Os

resultados deste estudo mostraram menor prevalência de ocupação em trabalho formal ou informal e renda entre mulheres responsáveis pelos domicílios quando comparado aos homens. Dados do IBGE apontam que entre 2019 e 2022, a taxa de desemprego entre as mulheres negras foi de 13,9%, enquanto que entre os homens brancos apenas 6,1%, sendo a menor taxa entre os perfis de raça e gênero. Da mesma forma, o rendimento médio mensal, a mulher negra recebeu 46,3% do rendimento recebido pelo homem branco. Para o homem negro, essa proporção foi de 58,8%²⁵.

Outro aspecto importante que o estudo observou se refere ao fato da população negra ser mais vulnerável a IA. Uma das possibilidades que explicam esse quadro se faz em razão da discriminação no mercado de trabalho acessam empregos com salários mais baixos em relação aos brancos, mesmo com níveis iguais de educação²⁶. Isso tornou-se ainda mais evidente entre mulheres negras, que também enfrentam discriminação sexual além da racial, portanto, mais propensas a receberem salários ainda mais baixos. A pobreza da população está associada à elevada prevalência de IA na qual está relacionada à dificuldade de acessar alimentos seguros e nutritivos de forma adequada²⁷. Estudos trazem evidências de que os domicílios cuja mulher é a pessoa de referência são mais pobres e, conseqüentemente, possuem maior prevalência de IA, principalmente em nível moderado ou grave, quando comparados aos domicílios chefiados pelo homem^{28, 29}.

Além disso, as mulheres executam a maioria dos trabalhos domésticos não remunerados, reduzindo a sua capacidade de trabalhar no setor remunerado³⁰. Assim, o que socialmente é considerado trabalho das mulheres é desvalorizado monetariamente, como também as exclui do acesso a benefícios como seguro saúde, licença médica e planos de aposentadoria³¹, reforçando as disparidades de renda entre homens e mulheres³². A divisão sexual do trabalho não está desvinculada das relações de classe e de raça, pois as mulheres pretas da menor faixa salarial são as que mais se dedicam ao trabalho doméstico e do cuidado³³.

Sobre a região do semiárido brasileiro, no que diz respeito às vulnerabilidades (econômica e simbólica) das mulheres, especialmente às que vivem na zona rural, a divisão do trabalho na agricultura familiar apresenta discriminação e desigualdades de gênero³⁴. Apesar das suas atribuições envolver tanto o trabalho doméstico quanto o produtivo, seu desempenho na produção familiar não é reconhecido socialmente como deveria, devido a fatores históricos e culturais^{35, 36}. A participação das mulheres na comercialização (negociação de compra e venda de produtos da agricultura) da produção pode impactar positivamente na sua renda, na sua sociabilidade, autoestima e no seu papel social, inclusive na família³⁷. Todavia, a

comercialização tem sido responsabilidade dos homens, assim como decidir sobre o destino da renda da família ³⁸.

A realidade feminina ressalta a importância da renda advinda do Programa Bolsa Família (PBF) especialmente para os domicílios chefiados por mulheres da zona rural, dado o contexto restrito de acesso a outros recursos e oportunidades de diversificação dos aspectos relacionados à vida digna, viabilizados principalmente por meio do consumo e da minimização de vulnerabilidades ³⁹.

Ainda, no que tange às políticas públicas para o alívio da pobreza e garantia da SA, nossos resultados apontaram que o acesso ao PBF esteve relacionado à IA leve. Mariano e Carloto ⁴⁰ através de entrevistas com mulheres titulares do PBF, identificaram que mesmo com ambos os grupos (mulheres brancas e negras) em situação de pobreza, as mulheres negras estavam mais vulneráveis social e economicamente. Essa renda monetária, recebida através do PBF, possibilita ampliar os aspectos de autonomia e responsabilidade quanto ao uso, aprendizado de planejamento de gastos e ganhos de dignidade, refletindo também nas possibilidades de expressão e direito a voz na sociedade, abrindo caminho para o reconhecimento dos direitos de cidadania das mulheres ^{41,42}. Os programas governamentais de transferência, desempenham um papel importante na proteção das mulheres que vivem abaixo da linha da pobreza. Esses programas, a exemplo do PBF no Brasil, contribuem para a redução da IA ⁴³.

É importante destacar que a situação socioeconômica vulnerável da população do semiárido nordestino é um dos fatores que contribui e, conseqüentemente, aumenta a IA dessa população. Assim, recomenda-se colocar a vulnerabilidade socioeconômica como fator preponderante para o combate à IA e convívio com as adversidades da região semiárida ⁴⁴.

Uma limitação dos estudos transversais é a incerteza da relação temporal entre exposição e desfecho, pois as variáveis são mensuradas ao mesmo tempo, porém, gênero e raça/cor precedem a condição de IA e SA reduzindo vieses e possibilitando a inferência da relação de causa-efeito segundo os achados neste estudo. Além disso, destacamos limitações relacionadas à representatividade da amostra, devido a análise agregada de autodeclarados amarelos e brancos, pretos e pardos para viabilizar a comparabilidade estatística das categorias.

Conclusão

Os resultados desse estudo reforçam que compreender as repercussões da interação do gênero e raça/cor, colabora para entender o amplo contexto da IA, visto que permite direcionar o debate e o enfrentamento da IA à luz dos seus determinantes. Assim, esses determinantes, devem estar inseridos na formulação e implementação de políticas públicas, estratégias e ações relacionadas à IA, favorecendo e garantindo a justiça social e o direito à alimentação adequada, principalmente, em populações que apresentam maiores vulnerabilidades sociais, como a região do semiárido nordestino.

Referências

- 1- ONU-Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura; Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola; Programa Alimentar Mundial e Organização Mundial da Saúde. *O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2022. Redefinir as políticas alimentares e agrícolas para tornar as dietas saudáveis mais acessíveis*. Roma: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura; 2022.
- 2- II Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN 2022, São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN.
- 3- Siliprandi EC. A Alimentação como um tema político das mulheres. In: FIOCRUZ, E. (Ed.). *Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas*. Rio de Janeiro, 2013. 187-198p.
- 4- Christensen MA. Feminization of Poverty: Causes and Implications. In: Leal Filho W, Azul A, Brandli L, Özuyar P, Wall T (eds). *Gender Equality. Encyclopedia of the UN Sustainable Development Goals*. Springer, 2019. doi: 10.1007/978-3-319-70060-1_6-1.
- 5- Silveira, EC; SILVA, SFM. Chefia feminina: uma análise sobre a estrutura das famílias monoparentais femininas e a feminização da pobreza. in: iv seminário cetros neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social, 2013, fortaleza. anais... fortaleza: uece, 2013. p.122-137
- 6- Silva SO, Santos SMC, Gama CM, Coutinho GR, Santos MEP, Silva NJ. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. *Cad Saúde Pública* 2022; 38:e00255621.
- 7- Bailey SR, Loveman M, Muniz JO. Medidas de “raça” e a análise da desigualdade racial no Brasil. *Pesquisa em Ciências Sociais*, 2013; (42) :106–19.
- 8- Moreira, NR. A alimentação como direito: um olhar interseccional. In: OBHA, Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares. *Interseccionalidades em Alimentação e Nutrição: desafios e conexões entre raça, classe, gênero e comida*. Fundação Oswaldo Cruz, 1 (3). Brasília, DF: OBHA, 2021. 63p.
- 9- Insegurança alimentar e desigualdades de raça/cor da pele e gênero [livro eletrônico] : II VIGISAN : inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil: Suplemento II / Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. – 1. ed. – São Paulo : Fundação Friedrich Ebert, 2023
- 10- Leal TLMC, Alencar NRO, Montano RAM. Segurança alimentar e o semiárido brasileiro: uma revisão sistemática. *Saúde e meio ambient.: rev. interdisciplin.* [Internet]. 26º de março de 2021.
- 11- Figueiredo ATT de, Tavares FC de LP, Amorim TMAX de, Oliveira JS, Leal VS, Lira PIC de. Food Security and coexistence with the semiarid zone in areas affected by drought in the backlands of Pernambuco. *Rev Nutr* [Internet]. 2021;34:e200299.

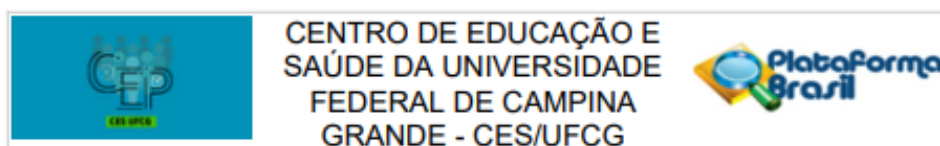
- 12- IBGE. - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População no último censo [2022]
- 13- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar - 2004. Instituto brasileiro de geografia e estatística. Rio de Janeiro, p.140. 2006.
- 14- _____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar 2013. Brazilian Institute of Geography and Statistics Work and Income Coordination. Rio de Janeiro, p.139. 2014.
- 15- Interlenghi, GS; Reichenheim, ME; Segall-Correâ, AM; Pérez-Escamilla, R.; Moraes, CL; Salles-Costa, R. Adequação da versão de oito itens da Escala Brasileira de Medição de Insegurança Alimentar Domiciliar para Identificar Grupos de Risco: Evidências de uma Amostra Representativa Nacional. Público. Saúde Nutr. 2018; (22): 776–784.
- 16- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016.
- 17- Santos LA, Ferreira AA, Pérez-Escamilla R, Sabino LL, Oliveira LG. de, Salles-Costa R. Interseções de gênero e raça/cor em Insegurança Alimentar nos domicílios das diferentes regiões do Brasil.Cad. Saúde Pública 2022; 38.
- 18- Olumba CC, Olumba CN, Okpara U. Household Headship, resource ownership and food security: new evidence from Southeast Nigerian cities, Scientific African, 2023, e01974, ISSN 2468-2276.
- 19-Tibesigwa B, Visser M, Assessing Gender Inequality in Food Security among Small-holder Farm Households in urban and rural South Africa, World Development 2016; 33-49, ISSN 0305-750X.
- 20- Adjei-Mantey K, Kwakwa PA, Adusah-Poku F, Unraveling the effect of gender dimensions and wood fuel usage on household food security: evidence from Ghana, Heliyon 2022; 8 e11268, ISSN 2405-8440.
- 21- Myers A, Painter M. Food insecurity in the United States of America: an examination of race/ethnicity and nativity. Food Security 2017; (9): 1-14.
- 22- MARENGO, J.A; ALVES, L.M; BESERRA, E.A; LACERDA, F.F. Variabilidade e mudanças climáticas no semiárido brasileiro. Recursos hídricos em regiões áridas e semiáridas, 1, 2011.
- 23- MESQUITA, P.S. Segurança alimentar, mudanças climáticas e proteção social no semiárido brasileiro (Cariri, Ceará). Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- 24- ALPINO, T.A.M; SENA, A.R.M; FREITAS, C.M. Desastres relacionados à seca e saúde coletiva – uma revisão da literatura científica. Ciência& Saúde Coletiva; 21(3); 809-820; 2016.

- 25-IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) - Dados dos 4 trimestres de 2019 e 2020. Elaboração: DIEESE.
- 26- Assari SB. Blacks' diminished return of education attainment on subjective health; mediating effect of income. *Brain Sci* 2018; 8:176.
- 27- Bezerra TA, Olinda RA de, Pedraza DF. Insegurança alimentar no Brasil segundo diferentes cenários sociodemográficos. *Ciênc saúde coletiva* 2017 Feb;22; (2):637–51.
- 28- Lignani JB, Palmeira PA, Antunes MML, Salles-Costa R. Relationship between social indicators and food insecurity: a systematic review. *Rev Bras Epidemiol* 2020; 23:e200068.
- 29- Moraes DC, Lopes SO, Priore SE. Indicadores de avaliação da Insegurança Alimentar e Nutricional e fatores associados: revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva* 2020; 25 (7): 2687–2700.
- 30- World Bank. Gender difference in poverty and household composition through the life-cycle: a global perspective. Policy research working paper 2018: 8360.
- 31- Muñoz BAM, Buitrago P, Benedicte LLB, Newhouse D Matulevich ER; Scott K, Suárez-Becerra P. Diferenças de gênero na pobreza e na composição dos agregados familiares ao longo do ciclo de vida: uma perspectiva global . Documento de trabalho de pesquisa de políticas 2018; 8360.
- 32- Christensen, MA. Feminização da Pobreza: Causas e Implicações. In: Leal Filho W, Azul, A, Brandli L, Özuyar P, Wall T. (eds) Igualdade de Gênero. Enciclopédia dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Springer 2019.
- 33- Germine JA de L, Peres RG. Transferência de renda condicionada e o trabalho do cuidado: uma análise do Programa Bolsa Família em 2019. *Rev bras estud popul* 2021;38:e0176.
- 34- Rios PPS, Bastos AS, Barros ER. Mulheres no semiárido brasileiro: uma história invisibilizada. *Revista Ouricuri* 2015; (5):1-17.
- 35- Brumer A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Rev Estudos Feministas* 2004; 12.
- 36- Paulilo MI. Que feminismo é esse que nasce na horta? *Rev Política & Sociedade* 2016;15. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br>.
- 37- Siliprandi E, Cintrão R. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In A. Butto, & I. Dantas (Eds.), *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural* 2011. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- 38- Said MA, Moreira SLS. Mulheres e agroecologia: multiplicadoras agroecológicas transformando o semiárido. In K. Hora, G. Macedo & M. Rezende (Eds.), *Coletânea sobre estudos rurais e gênero: Prêmio Margarida Alves*. 2015; (4): 171-190.

- 39- Faria MVBL, Botelho MIV, Silva EA. Programa Bolsa Família como estratégia de diversificação dos meios de vida rurais: uma experiência no sul de Minas Gerais. *Rev Econ Sociol Rural* [Internet]. 2020;58(3):e159635.
- 40- Mariano SA, Carloto CM. Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. *Soc estado* 2013; 28(2):393–417.
- 41- Bartholo L, Passos L, Fontoura N. Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? *Cad Pagu* 2019;(55):e195525.
- 42- Rego WL. Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao bolsa família. *Lua Nova*. 2008;(73):147-85.
- 43- Segall-Corrêa AM, Marin-León L, Helito H, Perez-Escamilla R, Santos LMP, Paes-Souza R. Transferência de renda e segurança alimentar no Brasil: análise dos dados nacionais. *Rev Nutr*. jul-ago; 2018 (21):39-51.
- 44- Leal TLMC, Alencar NRO, Montano RAM. Segurança alimentar e o semiárido brasileiro: uma revisão sistemática. *Saúde e meio ambient.: rev. interdisciplin.* [Internet]. 26º de março de 2021.

ANEXOS

ANEXO A – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Insegurança alimentar, saúde, nutrição e programas governamentais: estudo de coorte em dois municípios do semiárido nordestino, 2022-2024

Pesquisador: POLIANA DE ARAUJO PALMEIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 60762222.2.0000.0154

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Patrocinador Principal: CONS NAC DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO
FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA DO ESTADO DA PARAIBA - FAPES

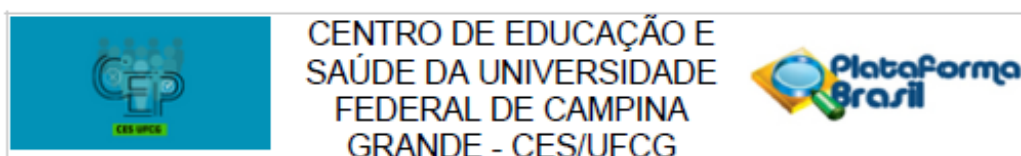
DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.657.734

Apresentação do Projeto:

A pesquisadora propõe a execução de um estudo longitudinal de coorte com famílias residentes nas regiões urbana e rural do município de Cuité-PB e de Santa Cruz-RN, a ser realizado no ano de 2022 (baseline) e 2024 (follow-up) buscando monitorar a situação de IA e preencher lacunas do conhecimento referentes aos determinantes e desfechos da IA a serem observados na população estudada. O tamanho da amostra foi calculado visando estimar uma amostra que permita a comparação de grupos expostos e não expostos segundo condição de IA e segundo níveis de gravidade, sendo estimada em 631 famílias. Considerando que este é um estudo longitudinal e que em 2024 há a previsão de retorno aos municípios pesquisados para realização de nova coleta de dados, foi adicionado um percentual de 15% totalizando assim uma amostra de 725 famílias em cada município. A coleta de dados será realizada em domicílio com entrevistas realizadas por entrevistadores previamente treinados. Serão utilizados os seguintes instrumentos relacionados com os temas: condições socioeconômicas e demográficas da família, insegurança alimentar, insegurança hídrica, atividade agrícola, alimentação, qualidade de vida, ansiedade e morbidade referida. Serão aferidas medidas de antropométricas (peso, altura, perímetro de cintura e quadril) e de controle glicêmico (glicemia casual) e pressão arterial.

Endereço: Rua Profª. Maria Anita Furtado Coelho, S/N, Sítio Oito De Água da Bica, Bloco: Central de Laboratórios de
Bairro: DISTRITO DE MELO **CEP:** 58.175-000
UF: PB **Município:** CUITE
Telefone: (83)3372-1835 **E-mail:** cep.ces.ufcg@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.657.734

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário:

A pesquisadora descreve como objetivo geral do projeto será contribuir com o conhecimento e o monitoramento da situação de IA (Insegurança Alimentar) e seus determinantes e desfechos na saúde, a partir de estudo longitudinal (2022-2024) a ser realizado com famílias residentes em dois municípios do semiárido nordestino: Cuité - PB e Santa Cruz - RN.

Objetivo secundário:

A pesquisadora aponta como objetivos específicos os seguintes itens:

- Monitorar a situação de IA (Insegurança Alimentar) de famílias dos municípios a partir em uma amostra partilhada proporcionalmente entre as famílias residentes na região urbana e rural em 2022 e 2024;
- Analisar as condições de vida, alimentação, estado nutricional e qualidade de vida nas famílias residentes em regiões urbanas e rurais dos municípios no ano de 2022 e possíveis mudanças nessas condições em 2024;
- Avaliar o acesso à programas governamentais pelas famílias estudadas em 2022 e 2024.
- Analisar as condições de vida, IA (Insegurança Alimentar), nutrição e saúde de indivíduos acometidos por Hipertensão Arterial e/ou Diabetes Mellitus em 2022 e 2024

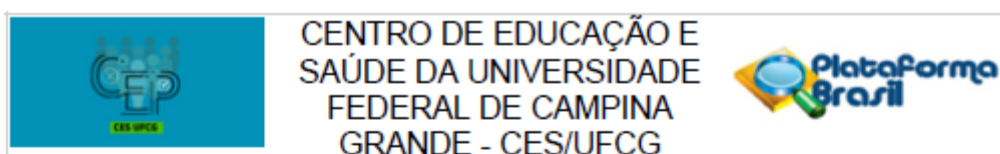
Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Sobre os riscos e benefícios, essas informações estão claramente descritas no TCLE e nas informações da plataforma Brasil do projeto.

A pesquisadora aponta que a pesquisa pode apresentar riscos de invasão de privacidade, revitimizar e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados, discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado, divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE) e tomar o tempo do sujeito ao responder ao questionário/entrevista. Será realizada a aferição de medidas antropométricas (peso, altura, circunferências da cintura e quadril), glicemia casual e pressão arterial, podendo ter o entrevistado constrangimento ao realizar exames antropométricos, desconforto local e dores na aferição da glicose capilar com lanceta. Considerando que será realizada visita domiciliar outro risco pode estar relacionado com a COVID-19.

Para minimizar esses riscos, as seguintes medidas e providências serão tomadas: (1) garantia que sempre serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os

Endereço: Rua Prof.ª Maria Anita Furtado Coelho, S/N, Sítio Olho D'Água da Bica, Bloco: Central de Laboratórios de
 Bairro: DISTRITO DE MELO CEP: 58.175-000
 UF: PB Município: CUITÉ
 Telefone: (83)3372-1835 E-mail: cep.ces.ufcg@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.657.734

hábitos e costumes dos entrevistados; (2) garantia a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, a partir da não utilização das informações em prejuízo das pessoas, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro; (3) asseguramos que todos os entrevistadores serão treinados e habilitados ao método de coleta dos dados, estando atentos aos sinais verbais e não verbais de desconforto, incluindo a minimização do desconforto, com a garantia de local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras; (4) garantia da não violação e integridade dos documentos; (5) com relação à COVID-19, todos os entrevistadores estarão vacinados e orientados quanto as medidas de proteção. Caso queira, podemos disponibilizar uma máscara descartável. Os seus dados serão utilizados somente para esta pesquisa e ficará armazenado sob responsabilidade da Universidade Federal de Campina Grande, por um período de 5 anos, sob a responsabilidade Prof. Dra. Poliana de Araújo Palmeira.

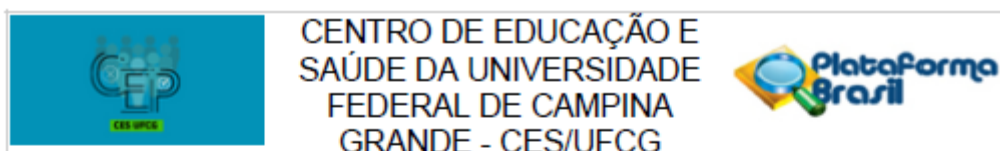
É garantido o recebimento de uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a pesquisa é isenta de despesas por parte do entrevistado; é garantido o direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Já em relação aos benefícios com o desenvolvimento da pesquisa será realizado treinamento com a equipe estando engajados um conjunto de professores, estudantes de graduação e pós-graduação, de forma a ser uma oportunidade de formação de recursos humanos o estudo da insegurança alimentar, alimentação e saúde de grupos populacionais. Além disso, os resultados poderão contribuir para fortalecer as políticas de enfrentamento da fome no Brasil e nos municípios estudados. Os resultados das aferições de estado nutricional, glicemia e pressão arterial serão compartilhados com os indivíduos e em caso de alteração ou necessidade de saúde identificada, eles serão encaminhados e orientados a procurar o serviço de saúde.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa possui relevância e apresenta informações e elementos que poderão contribuir para gerar reflexões científicas. Traz uma estrutura argumentativa coesa e tem fundamentação adequada para sustentar o tema a ser explorado sendo amparada em edital de fomento nacional (Edital Nº 010/2021 - FAPESQ/PB - MCTIC/CNPq Programa de infraestrutura para jovens pesquisadores / Programa primeiros projetos – PPP (R\$ 40.000) e do Edital Universal do CNPq 2021 (R\$ 148.500,00). Portanto, os resultados deste estudo certamente subsidiarão o planejamento de ações em saúde pública, seja a partir dos desfechos na IA como a redução da qualidade de vida, piora da dieta, desvios do estado nutricional e pior gerenciamento de cuidados

Endereço: Rua Prof. Maria Aníta Furtado Coelho, S/N, Sítio Olho D'Água da Bica, Bloco: Central de Laboratórios de
Bairro: DISTRITO DE MELO **CEP:** 58.175-000
UF: PB **Município:** CUITE
Telefone: (83)3372-1835 **E-mail:** cep.ces.ufcg@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.657.734

em saúde, seja no avanço dos conhecimentos no campo da saúde coletiva, que poderão colaborar com estratégias de políticas públicas de cuidados e promoção da saúde. Dessa forma, considerase a proposta de pesquisa bem delineada e com objetivos alcançáveis com a metodologia desenhada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora inseriu os seguintes documentos:

- 1) Folha de Rosto com as assinaturas do pesquisador responsável e do representante da instituição proponente, documentos devidamente assinados;
- 2) Termo de Compromisso do Pesquisador devidamente assinado;
- 3) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE);
- 4) Termo de Anuência Institucional assinado pelo diretor do CES devidamente assinado;
- 5) Projeto detalhado;
- 6) Termo campos de preenchimento da plataforma Brasil;
- 5) Instrumentos de coleta de dados/questionário;
- 7) Cronograma de atividades dentro do projeto detalhado;
- 8) Orçamento dentro do projeto detalhado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após reapreciação do projeto e análise dos documentos apresentados, conclui-se que não existem inadequações éticas para o desenvolvimento da pesquisa, estando o mesmo APROVADO.

- 1) Cronograma --- a pesquisadora cita o início da pesquisa para o segundo semestre de 2022, mas não cita o mês de início. Fazer a correção no item colocando o mês de início da pesquisa observando as datas de reuniões do CEP/CES.

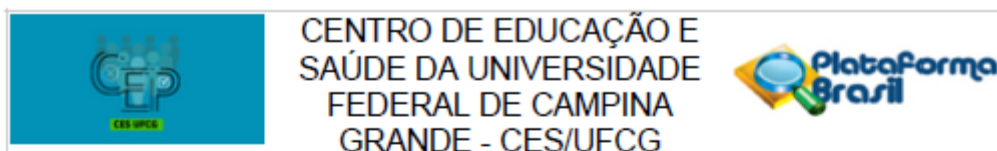
RESPOSTA DO PESQUISADOR: RESPOSTA: Foi incluído o mês de novembro no cronograma.

ANÁLISE: pendência atendida.

- 2) Orçamento – a pesquisadora menciona no projeto 02 agências de fomentos nacionais (edital Nº 010/2021 - FAPESQ/PB - MCTIC/CNPq Programa de infraestrutura para jovens pesquisadores / Programa primeiros projetos – PPP (R\$ 40.000) e do Edital Universal do CNPq 2021 (148.500,00), porém no orçamento do projeto detalhado o valor é de R\$ 60.000,00. Explicar o motivo da diferença nos valores apresentados no projeto detalhado e na plataforma Brasil.

RESPOSTA: O projeto em tela submetido ao comitê de ética é uma parte dos projetos submetidos nas agências de fomento. Os projetos submetidos nas agências, por vezes, tem objetivos amplos que podem prever mais um objetivo de pesquisa ou coleta de dados em um mesmo projeto, como

Endereço: Rua Prof. Maria Anita Furtado Coelho, S/N, Sítio Olho D'Água da Bica, Bloco: Central de Laboratórios de
Bairro: DISTRITO DE MELO **CEP:** 58.175-000
UF: PB **Município:** CUITÉ
Telefone: (83)3372-1835 **E-mail:** cep.ces.ufcg@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.657.734

também conter objetivos não relacionados especificamente com a coleta de dados que está em apreciação ética, como por exemplo o fortalecimento de grupos de pesquisa, integração e difusão acadêmica, formação de recursos humanos, e etc. Assim, os recursos previstos nem sempre são direcionados a execução da coleta de dados. Ambos os projetos citados congregam mais de um objetivo de pesquisa, ou seja, são projetos guarda-chuva, nos quais constam investimentos previstos para mais de uma pesquisa ou objetivos de trabalho.

Os projeto Nº 010/2021 - FAPESQ/PB - MCTIC/CNPq Programa de infraestrutura para jovens pesquisadores / Programa primeiros projetos – PPP tem como título - Segurança Alimentar e Nutricional em município de pequeno porte: monitoramento e análise longitudinal da situação de insegurança alimentar da população, 2011-2022 e do Edital Universal do CNPq 2021 - Insegurança alimentar, saúde, nutrição e programas governamentais: estudo de coorte no semiárido nordestino, 2011-2024.

No projeto foi detalhado o orçamento que será utilizado para o projeto de pesquisa em tela. Os demais recursos previstos nos editais serão utilizados para custear os demais eixos do projeto, incluindo outros objetivos de pesquisa não inclusos neste projeto, difusão científica (pagamentos de taxa de revista, missões nacionais e internacionais, diárias para colaboradores e transcrição português-inglês) e aquisição de equipamentos para fortalecimento e manutenção dos espaços de trabalho do grupo de pesquisa Núcleo PENSO (computadores e impressoras). Ressaltamos que todos os recursos do para a execução deste projeto serão oriundos dos financiamentos citados, não haverá pagamentos executados para as famílias participantes, cuja adesão à pesquisa é voluntária.

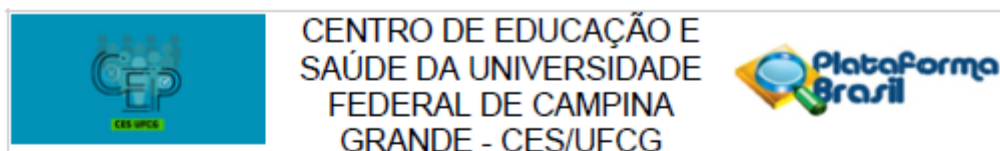
As informações solicitadas foram incluídas no projeto e alteramos na plataforma o valor do financiamento para informar apenas o montante que será retirado em cada uma das fontes de financiamento (FAPESQ: R\$ 12.000,00) e CNPq (R\$ 52.375,4).

ANÁLISE: pendência atendida.

3) Ausência do Termo de Anuência das secretárias de saúde dos municípios envolvidos na pesquisa - Termos de Anuências sendo um para a secretária de saúde do município de Cuité e outro para secretária de saúde do município de Santa Cruz.

RESPOSTA: O projeto em tela é uma pesquisa de base populacional cuja coleta de dados será realizada nos domicílios. Para o planejamento e execução da coleta de dados não será necessário nenhum apoio das secretarias municipais de saúde ou qualquer outra secretaria, visto que a seleção aleatória dos domicílios se dará a partir das Unidades Primárias de Amostragem, ou seja, pela malha de setores censitários do IBGE (dados públicos e disponíveis no site da instituição).

Endereço: Rua Prof. Maria Anita Furtado Coelho, S/N, Sítio Olho D'Água da Bica, Bloco: Central de Laboratórios de
Bairro: DISTRITO DE MELO CEP: 58.175-000
UF: PB Município: CUIITÉ
Telefone: (83)3372-1835 E-mail: cep.oes.ufcg@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.657.734

Como também o processamento e análise de dados será realizado em software estatístico dos pesquisadores, de forma independente pela coordenação do projeto.

Anexamos na plataforma Brasil o termo de anuência das secretarias municipais de saúde de Santa Cruz-RN e Cuité-PB.

ANÁLISE: pendência atendida.

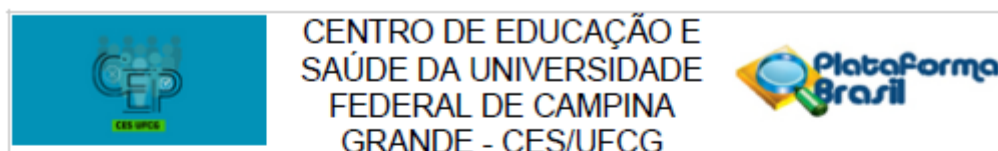
Recomenda-se elaborar o relatório final após a conclusão do projeto e inserir na plataforma para acompanhamento por este Comitê.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1975668.pdf	12/09/2022 21:33:01		Aceito
Outros	anuenciacuite.pdf	12/09/2022 21:31:42	POLIANA DE ARAUJO PALMEIRA	Aceito
Outros	anuencia_SC.pdf	12/09/2022 21:30:27	POLIANA DE ARAUJO PALMEIRA	Aceito
Outros	cartaresposta.docx	12/09/2022 21:28:56	POLIANA DE ARAUJO PALMEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_revisado.docx	12/09/2022 21:27:57	POLIANA DE ARAUJO PALMEIRA	Aceito
Outros	quest.pdf	12/07/2022 16:50:49	POLIANA DE ARAUJO PALMEIRA	Aceito
Outros	compromisso.pdf	12/07/2022 16:47:56	POLIANA DE ARAUJO PALMEIRA	Aceito
Folha de Rosto	folharosto.pdf	12/07/2022 16:40:24	POLIANA DE ARAUJO PALMEIRA	Aceito
Outros	anuencia.pdf	12/07/2022 16:40:14	POLIANA DE ARAUJO PALMEIRA	Aceito
TCLE / Termos de	TCLE.pdf	03/07/2022	POLIANA DE	Aceito

Endereço: Rua Prof. Maria Aníla Furtado Coelho, S/N, Sítio Olho D'Água da Bica, Bloco: Central de Laboratórios de
 Bairro: DISTRITO DE MELO CEP: 58.175-000
 UF: PB Município: CUITÉ
 Telefone: (83)3372-1835 E-mail: cep.ces.ufcg@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.657.734

Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	11:59:22	ARAUJO PALMEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodetalhado.pdf	03/07/2022 11:59:08	POLIANA DE ARAUJO PALMEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CUITE, 22 de Setembro de 2022

Assinado por:
Vanessa de Carvalho Nilo Bitu
 (Coordenador(a))

Endereço: Rua Prof. Maria Anita Furtado Coelho, S/N, Sítio Olho D'Água da Bica, Bloco: Central de Laboratórios de
Bairro: DISTRITO DE MELO **CEP:** 58.175-000
UF: PB **Município:** CUITE
Telefone: (83)3372-1835 **E-mail:** cep.ces.ufcg@gmail.com

ANEXO B – Instrumento para avaliação da Insegurança Alimentar

ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA)

B1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram PREOCUPAÇÃO de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não 3. ☐ NS/NR

B3. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação SAUDÁVEL E VARIADA?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não 99. ☐ NS/NR

B5. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade DEIXOU DE FAZER uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não 99. ☐ NS/NR

B7. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez SENTIU FOME, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não 99. ☐ NS/NR

B2. Nos últimos três meses, os alimentos ACABARAM antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não 99. ☐ NS/NR

B4. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas ALGUNS POUCOS tipos de alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não 99. ☐ NS/NR

B6. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez COMEU MENOS do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não 99. ☐ NS/NR

B8. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas UMA REFEIÇÃO ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não 99. ☐ NS/NR

ANEXO C – Tabela suplementar referente aos resultados do estudo

Tabela suplementar. Distribuição das características socioeconômicas e demográficas, segundo gênero e raça/cor das pessoas de referência do município de Cuité-PB, Brasil, 2023 (n=737).

Características	Homem branco (%)	Mulher branca (%)	Homem negro (%)	Mulher negra (%)	p-valor
Idade (anos)					p=0,061
<59 anos	57,4	65	64,4	72,1	
60 ou mais	42,6	34,9	35,6	27,9	
Estado civil					p=0,007
Solteiro(a)	36	46,2	27,4	36,3	
Casado(a)	63,9	53,8	72,6	63,7	
Escolaridade (anos de estudo) *					p=0,095
> 8 anos	37,7	51	41,8	42	
1-7 anos	52,5	39,2	39,5	43,5	
Não estudou	9,8	9,7	18,7	14,4	
Ocupação					p<0,001
Trabalho formal/ informal/ aposentado/ pensionista	91,8	67,2	86,7	54,6	
Dona de casa/ Procura trabalho /desempregado(a) /estudante	8,2	32,8	13,3	45,3	
Número de Moradores					p=0,097
Até 3 moradores	78,7	67,7	71,1	63,9	
4 ou mais moradores	21,3	32,3	28,9	36	
Criança/Adolescente no domicílio					p=0,122
Sim	29,5	41,4	40	45,3	
Não	70,5	58,6	60	54,6	
Renda familiar mensal per capita (salário-mínimo) **					p=0,001
>=1/2 SM (R\$ 606)	67,2	44,7	48,5	38	
<1/2 SM e >=1/4 SM	13,8	25,9	30,8	32,5	
<1/4 SM (Até R\$ 303)	18,9	29,3	20,8	29,3	
Acesso ao Bolsa Família					p<0,001
Sim	29,5	40,3	39,3	56	
Não	68,8	59,7	60,7	43,9	
Acesso ao BPC					p=0,414
Sim	3,3	8,1	8,1	5,6	
Não	96,7	91,9	91,8	94,4	
Área de moradia					p=0,359
Urbana	65,6	68,3	60,7	61,1	
Rural	34,4	31,7	39,3	38,9	
Tipo de domicílio					p=0,194
Próprio, já pago	78,7	79,6	75,6	79,7	
Alugado/ Próprio, ainda pagando	14,7	14,5	17	9,9	
Cedido/Emprestado	6,6	5,9	7,4	10,4	

*2 casos perdidos; ** Salário-mínimo referente ao ano de 2022 (R\$ 1212,00); SM: Salário-mínimo; BPC: Benefício de Prestação continuada.

Fonte: Autoras.